



Assunto: **IMPUGNAÇÃO CO 15/2023 - RESÍDUOS SÓLIDOS - PREF. DE SAQUAREMA**
De: Dimensional - Jeanne Santos <jeannes@dimensionalengenharia.com>
Para: Licitação Saquarema <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Cc: Time Q&P Dimensional <timeqp@dimensionalengenharia.com>, Dimensional - Time Jurídico <timejuridico@dimensionalengenharia.com>
Data: 14/09/2023 15:21

- Impugnação Dimensional.pdf (~4.5 MB)

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A **DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.**, estabelecida na Rua Sete de Setembro, Nº 98- Sl. 605, Centro - Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 00.299.904/0001-60, vem pelo presente, imbuída no seu mais elevado espírito colaborativo e de parceria, apresentar tempestivamente, com base na legislação regente, IMPUGNAÇÃO acerca dos itens em anexo, do instrumento editalício.

Preliminarmente, cumpre aduzir que o objetivo principal da **DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA** para com esta Impugnação é cooperar com o aperfeiçoamento das regras editalícias que regem o presente certame, de modo que seja plena e satisfatoriamente atendido o interesse público primário, não apenas durante a fase licitatória, mas, também, na fase contratual, haja vista que estar-se-á mitigando problemas futuros, passíveis de ocorrerem durante a contratação.

Favor confirmar o recebimento.

Desde já agradeço ficando no aguardo.

Jeanne Darc
Coordenadora de Qualificação & Propostas (Q&P)
(21) 3544-5853 / (21) 9 9874-0673



ENGINEERING

ENGENHARIA
'NOSSA QUALIDADE FAZ A DIFERENÇA'

EMPRESA

CARBONO NEUTRO





ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA-RJ.

Modalidade: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 015/2023

Processo Administrativo: 17.142/2021

A **DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.**, com sede à Rua Sete de Setembro, nº 98, Grupo 605, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.299.904/0001-60, doravante denominada simplesmente "Dimensional", vem respeitosamente à presença de V. Sa., por meio de seu representante legal, devidamente constituído na forma de seu contrato social (**Anexo 01**), apresentar, com fundamento no artigo 41, § 2º da Lei 8.666/93 c/c subitem 1.9, do Edital, a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

em razão da existência de vício em suas regras capaz de ensejar a declaração de sua nulidade, uma vez que torna restritivo o seu caráter competitivo, desobedecendo, desta forma, decisão recente do Tribunal de Contas do Estado, além dos ditames da Lei nº 8.666/93 e os princípios administrativos que norteiam o processo licitatório como um todo.

Assim, a Impugnante requer ao Ilustríssimo Presidente desta d. Comissão Permanente de Licitação que receba a presente impugnação e, no mérito, dê integral provimento, conforme as razões que serão apresentadas a seguir, conforme as razões que serão apresentadas a seguir:

Nestes termos,
Pede Deferimento.

DocuSigned by: Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2023.


2C75A62FA46844C...
BRUNO GOMES PESSOA MENDES
OAB/RJ 166.842


0309E78C2C3949E...
PAULO VICTOR FRANÇA DE OLIVEIRA
OAB/RJ 238.633





Licitação: Concorrência Pública Nº 015/2023

Ente Licitante: MUNICÍPIO DE SAQUAREMA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS.

Impugnante: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Por meio de AVISO DE LICITAÇÃO publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 14.08.2023, na página 2, 3ª coluna, foi designada a data de 18.09.2023, às 15h00, para Abertura da Licitação. Assim, considerando a disciplina contida no artigo 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, c/c com o subitem 1.9, do Edital, que prevê o prazo de 02 (dois) dias úteis de antecedência à data de abertura dos envelopes como termo final para apresentação de Impugnação ao Edital, verifica-se que o presente recurso é tempestivo.

II. DAS RAZÕES FÁTICAS E DE DIREITO

ii.1. DA EXIGÊNCIA RESTRITIVA DE PARTICIPAÇÃO – Exigência de Certidão Negativa do Município Licitante ainda que sua Sede seja em outra Municipalidade (Subitem 9.3.3.4)

Trata-se de Concorrência Pública nº 015/2023, do tipo menor preço global, sob forma de execução indireta, por menor preço global, deflagrada pelo Município de Saquarema, através da Secretaria Municipal De Transporte E Serviços Públicos, cujo objeto é a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA CONTEINERIZADA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES FEITA EM CAMINHÃO COMPACTADOR DOTADO DE TELEMETRIA; COLETA TRADICIONAL E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM CAMINHÃO COMPACTADOR DE 6M³; COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO, TRITURAÇÃO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE, INCLUINDO O GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS; DESOBSTRUÇÃO DE REDES E GALERIAS PLUVIAIS UTILIZANDO CAMINHÃO MUNIDO DE EQUIPAMENTO PARA HIDROJATEAMENTO COMBINADO A SUÇÃO A VÁCUO; E REMEDIAÇÃO E OPERAÇÃO DE LOCAL DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, COM MANUTENÇÃO DE CÉLULA PARA DEPÓSITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS; SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS (SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEA), SISTEMA DE DRENAGEM DE GASES E SISTEMA DE DRENAGEM DE LÍQUIDOS PERCOLADOS”**, em consonância com o subitem 2.1 do Edital, abaixo colacionado:

DS

DS

DS

INSTITUTO
ETHOS
ASSOCIADA





2. DO OBJETO

2.1 Constitui objeto do presente processo licitatório a Contratação de empresa para execução dos serviços de coleta containerizada e transporte de resíduos sólidos domiciliares feita em caminhão compactador dotado de telemetria: coleta tradicional e transporte de resíduos sólidos em caminhão compactador de 6m³: coleta, transporte, tratamento, trituração e disposição final de resíduos de saúde, incluindo o gerenciamento dos serviços; desobstrução de redes e galerias pluviais utilizando caminhão munido de equipamento para hidrojateamento combinado a sucção a vácuo; e remediação e operação de local de destinação final de resíduos sólidos, com manutenção de célula para depósito de resíduos sólidos; sistema de drenagem de águas (superficial e subterrânea), sistema de drenagem de gases e sistema de drenagem de líquidos percolados, conforme especificações constantes do Projeto Básico (ANEXO I) deste edital.

Em análise ao Edital, verifica-se a exigência contida no subitem 9.3.3.4, que, para fins da Regularidade Fiscal e Trabalhista, requer-se das licitantes a apresentação de uma certidão evidenciando a inexistência de débitos perante o Município, ainda que a sua sede seja em outro Município, como se exsurge do teor subitem abaixo colacionado:

9.3.3.4. Os licitantes que não possuam qualquer inscrição neste Município deverão apresentar a Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares) expedidas pelo Município de sua sede;

Permissa vênua, a exigência supra denota-se ilegal, uma vez que vai de encontro ao que preconiza o artigo 29, inciso III da Lei nº 8.666/93, que expressamente determina que a comprovação de regularidade perante a Fazenda Municipal dar-se-á tão somente através do Município em que localiza-se a sede da empresa Licitante. *In verbis*:

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

(...)

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

Cumprido frisar que o caput do artigo supra restringe às exigências concernentes à regularidade fiscal e trabalhista ao rol documental previsto no referido dispositivo, não podendo a Administração Pública ampliá-lo, sob pena de estar infringindo o mandamento legal, o que, por consequência, acaba por afrontar os princípios da legalidade e competitividade.

Importante registrar a matéria já foi objeto de uma Representação perante o Tribunal de Contas do Estado, envolvendo concorrências públicas instauradas pela

DS
[Assinatura]

DS
[Assinatura]

DS
[Assinatura]





mesma Municipalidade (Prefeitura de Saquarema), por meio da qual foi entendido que a referida regra denotava-se ilegal, devendo ser objeto de supressão.

Evidencia-se a afirmativa acima através do processo nº 251.990-0/2021, por meio da qual, em sede de Tutela Provisória, determinou-se, no dia 12.01.2022, a suspensão do Edital de Concorrência Pública nº 09/2021, que teve como objeto a “execução de obra de pavimentação, drenagem e sinalização em diversos logradouros do Município” de Saquarema, em razão de a regra editalícia não se restringir à comprovação da regularidade fiscal nos moldes do artigo 29, inciso III, da Lei de Licitações, posto que somente deveria abarcar o domicílio ou sede do licitante (**Anexo 01**). *In verbis*:

Observe, a título de informação complementar, que a Representação em epígrafe abarca, em seu bojo, questionamento suscitado na exordial sob exame, não se limitando a ela, como no presente, tendo a Relatora consignado, ao deferir a tutela no referido Processo TCE-RJ nº 250.097-7/21, que “a determinação contida no item 10.1.9 do instrumento convocatório em tela, exigida como requisito de habilitação dos licitantes, a princípio, não se encontra em consonância com a legislação de regência e extrapola os requisitos de habilitação nela previstos”.

Com efeito, em análise perfunctória, observo que o subitem 10.1.9 do Edital combatido mostra-se em desalinho às exigências referentes à regularidade fiscal estabelecidas ao art. 29, inciso III, da Lei Federal 8.666/93, posto que deveria se restringir ao domicílio ou sede do licitante.

Dessa forma, diante dos indícios de restrição à competitividade e da data de realização do certame, o que atende, ao meu juízo, aos requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*, **concedo a tutela provisória** pleiteada, de natureza cautelar, com fundamento no art. 84-A do Regimento Interno, **com vistas à suspensão do certame licitatório, no estado em que se encontra, até o julgamento de mérito desta Representação**, devendo o jurisdicionado se abster de adjudicar o objeto, homologar o resultado ou celebrar o contrato.

Em um segundo acórdão proferido em 11.05.2022, no mesmo processo de Representação, a Corte de Contas concluiu que “o artigo 29, inciso III, da Lei nº 8.666/93, expressamente, limita tal exigência à comprovação de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.”, determinando, ainda, que o Município se abstenha de exigir cláusulas exigindo o fornecimento de documentos não previstos no art. 29, da Lei 8.666/93 (**Anexo 02**), veja-se:

DS

DS

DS

INSTITUTO
ETHOS
ASSOCIADA





IV.4. Em futuros procedimentos licitatórios, se abster de incluir em edital cláusula similar à impugnada nesta Representação, que determine o fornecimento de documentos não previstos no art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93, pois constituem ofensa ao princípio da isonomia; e

Em sede do terceiro e último acórdão proferido na Representação que tratou do caso paradigmático é possível evidenciar que foi julgado procedente a Representação, e o não acolhimento das razões de defesa das Autoridades dessa Municipalidade, tendo-se aplicado, inclusive, a penalidade de multa (**Anexo 03**). *In verbis*:

VOTO:

I. Pela **REVOGAÇÃO** da tutela provisória deferida em 12.01.2021;

II. Pela **PROCEDÊNCIA** da presente Representação;

III. Pelo **ACOLHIMENTO PARCIAL DAS RAZÕES DE DEFESA** apresentadas pela Sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, Prefeita do Município de Saquarema, em atendimento à notificação consubstanciada no item II da decisão plenária proferida neste feito em 11.05.2022;

IV. Pela **NÃO ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DE DEFESA** apresentadas pela Sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, Prefeita do Município de Saquarema, em atendimento à notificação consubstanciada no item III da decisão plenária proferida neste feito em 11.05.2022.

V. Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** à Sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, Prefeita Municipal de Saquarema, no valor de R\$ 24.549,00 (vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e nove reais), equivalente nesta data a 6.000 vezes o valor unitário da UFIR-RJ (4,0915), a ser recolhida com recursos próprios ao erário estadual¹⁴, DETERMINANDO-SE, desde logo, a **COBRANÇA JUDICIAL**, nos termos do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 267/16, inclusive com a expedição de ofício, caso a presente multa não venha a ser recolhida no prazo regimental e a continuidade do processo no que se refere ao aguardo do recolhimento da sanção, observado o procedimento recursal, com fulcro nos seguintes dispositivos:

V.1. art. 63, IV, da Lei Complementar Estadual nº 63/90, em razão do não atendimento à determinação proferida por esta Corte, em 12.01.2022, para suspensão do procedimento licitatório, no estado em que se encontrava, abstendo-se de adjudicar o objeto, homologar o resultado ou celebrar o contrato; e

V.2. art. 63, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 63/90, em face da violação do inciso III do art. 29 c/c art. 3º, § 1º, I, da Lei Federal nº 8.666/1993;

Desta forma, denota-se que, com clareza solar e todas as certezas, o dispositivo 9.3.3.4 extrapola o mandamento do artigo 29, inciso III, da Lei nº 8.666/93, verificando-se como uma regra ilegal, desarrazoada e que restringe o caráter competitivo do certame.

Em virtude disso, requer-se a retificação do subitem 9.3.3.4 para que se restrinja apenas à exigência prevista no inciso III do artigo 29, da Lei nº 8.666/93, suprimindo-se, assim, os trechos que tratam da exigência da regularidade fiscal do Município Licitante,

DS
[Assinatura]

DS
[Assinatura]

DS
[Assinatura]

INSTITUTO
ETHOS
ASSOCIADA





com fins de devolver o certame à esteira da legalidade, em atendimento e observância aos princípios da legalidade e competitividade.

III – DA IMPERIOSA OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS NORTEADORES DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

iii.1. DA IMPERIOSA OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Quanto ao princípio da legalidade, urge discorrer que o mesmo disciplina toda atividade administrativa, denotando-se como regra geral do direito administrativo e, por conseguinte, de toda atividade licitatória.

Pode-se afirmar, com isso, que, no âmbito da licitação, o princípio da legalidade significa ser vedada à autoridade administrativa a adoção de qualquer providência ou instituição de qualquer restrição sem autorização legislativa. Por sua vez, aos licitantes, o princípio deve a ação ou prática de qualquer ato que não esteja em estrita consonância à legislação de regência.

Nessa esteira, o Superior Tribunal de Justiça assentou o seguinte entendimento:

“A administração pública submete-se de forma rigorosa ao princípio da legalidade administrativa, não lhe sendo lícito entabular contrato administrativo sem observância das normas legais pertinentes como objeto dessa contratação, sob pena, inclusive, nulidade do contrato.”
REsp 769.878/MG, 2ª T., rel. Min. Eliana Calmon, j. em 06.09.2007.

No tocante ao objeto desta Impugnação, deixou o Ente Licitante de observar o aludido princípio a partir do momento em que extrapolou o mandamento do artigo 29, inciso III, da Lei nº 8.666/93, ao exigir, para fins de habilitação, a apresentação, por parte das Licitantes, das Certidões Negativa de Débitos de Saquarema.

Desta forma, devendo-se retificar o subitem 9.3.3.4, de modo a devolver o Edital à esteira da Legalidade.

iii.2. DA IMPERIOSA OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE

O *caput* do artigo 3º, e seu §1º, da Lei nº 8.666/93, determina que as licitações regidas pelo aludido diploma, devem assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, bem como observar os princípios norteadores das licitações públicas, dentre eles, o da competitividade, *in verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade,

DS

DS

DS

INSTITUTO
ETHOS
ASSOCIADA





da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Como observa a doutrina, trata-se do chamado princípio da competitividade, que determina que a Administração não pode adotar medidas ou criar regras que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação:

“O primeiro deles é o princípio da competitividade, correlato ao princípio da igualdade. Significa que a Administração não pode adotar medidas ou criar regras que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação. Em outras palavras, deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes, para que a seleção se faça da melhor forma possível. Fácil é verificar que, sem a competição, estaria comprometido o próprio princípio da igualdade, já que alguns se beneficiariam à custa do prejuízo de outros” (CARVALHO FILHO, José dos Santos, Manual de Direito Administrativo. 27ª Ed. Ver, ampl. E atual. São: Atlas, 2014, p. 249).

Nesse ponto, o Tribunal de Contas da União (“TCU”) possui o entendimento de que as exigências do edital não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências devem sempre ser devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto lícitado:

“As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto lícitado” (Acórdão 1.942/2009, Plenário, rel. Min. André Luís de Carvalho).

DS

DS

DS

INSTITUTO
ETHOS
ASSOCIADA





Como observa a jurisprudência, o objetivo das licitações é a busca do melhor contrato para a administração, pelo que toda a interpretação dos editais deve ser feita à conta de tal premissa:

“LICITAÇÃO - MANDADO DE SEGURANÇA - INTERPRETAÇÃO DE CLAÚSULAS DO EDITAL - RIGOR EXAGERADO. O objetivo das licitações públicas é a busca do melhor contrato para a administração, garantindo-se, de outro lado, a igualdade de chances aos concorrentes. Toda a interpretação de editais deve ser feita à conta de tal premissa, e, assim, a exigência do item 4. 1.2., alínea a, do Edital (fls. 10), deve ser entendida cumprida. A declaração exigida não precisa ser formulada com as exatas palavras do edital, mas sim com o conteúdo material que lhe atenda ao conteúdo. Afastado o entendimento restritivo e eivado de excesso de rigor por parte da Comissão da Licitação. Prevalência de interpretação que favoreça à maior participação. “O formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes” (cf. STJ; Mandado de Segurança nº 5418; Relator: Ministro Demócrito Reinaldo). Sentença confirmada. Remessa improvida” (TRF2, REOMS nº 24729, 5ª Turma Especializada, Relator Desembargador Federal Guilherme Couto, DJU 23.03.2006).

Com base nesse princípio, o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) entende que “o formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes” (MS 5.418/DF, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJU 01.06.1998). Para o STJ, rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a uma interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, do tipo menor preço, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa. É ler:

“4. A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art. 41). Contudo, rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, do tipo menor preço, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º)” (STJ, REsp 797170/MT, Rel. Min. Denise Arruda, DJ 07.11.2006).

Em outras palavras, o STJ sustenta que “as regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa” (STJ, RMS 5.606/DF, Rel. Min. José Delgado, DJ 10.08.1998).

DS

DS

DS

INSTITUTO
ETHOS
ASSOCIADA





No presente caso, corroborando o entendimento defendido nesta Impugnação, a exigência de documentação que extrapole o rol restritivo do artigo 29, da Lei nº 8.666/93, denota-se como uma prática violadora ao princípio da competitividade, bem como de outros princípios norteadores do direito administrativo, como da Legalidade, Isonomia, Busca Pela Proposta Mais Vantajosa e da Supremacia Do Interesse Público.

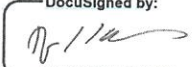
V – DO PEDIDO

Diante do exposto, a Dimensional Engenharia LTDA impugna o Edital da Concorrência Pública nº 015/2023, requerendo:

1. Conhecimento da presente Impugnação e ciência para as demais licitantes, com base no artigo 41, § 2º da Lei 8.666/93;
2. A retificação do subitem 9.3.3.4 para que se restrinja apenas à exigência prevista no inciso III do artigo 29, da Lei nº 8.666/93, suprimindo-se, assim, os trechos que tratam da exigência da regularidade fiscal do Município Licitante, com fins de devolver o certame à esteira da legalidade, em atendimento e observância aos princípios da legalidade, competitividade e busca pela proposta mais vantajosa, todos eles dispostos no *caput* do artigo 3º, e seu §10, da Lei nº 8.666/93, e em conformidade com o entendimento do TCE/RJ disposto na Representação autuada sob o nº 251.990-0/2021, referente a procedimentos licitatórios instaurados pelo próprio Município de Saquarema, que julgou ilegal a aludida regra, como se depreende dos acórdãos ora anexos; e
3. Republicação do Edital e a reabertura do prazo para entrega das propostas e realização do certame

Nestes termos, p. deferimento.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2023.

DocuSigned by:

2C75A62FA46844C...
BRUNO GOMES PESSOA MENDES
OAB/RJ 166.842

DocuSigned by:

0309F78C2C3949F...
PAULO VICTOR FRANÇA DE OLIVEIRA
OAB/RJ 238.633

INSTITUTO
ETHOS
ASSOCIADA





ANEXO 01



DECISÃO AD REFERENDUM

PROCESSO: TCE-RJ nº 251.990-0/21
ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO
INTERESSADO: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.

Trata-se de Representação, interposta pela sociedade empresária Dimensional Engenharia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 00.299.904/0001-60, em face de supostas irregularidades perpetradas pela Prefeitura Municipal de Saquarema na formalização dos Editais de Concorrência Pública (CPs) nº 007/2021, nº 009/2021 e nº 010/2021, tendo por objeto a execução de obras de urbanização em logradouros públicos, cujos certames foram realizados, respectivamente, em 13/12/2021 (CP nº 007/2021) e 13/01/2022 (CP nº 009/2021 e CP nº 010/2021, inicialmente previstas para 20/12/2021 e 22/12/2021, respectivamente), nos valores estimados de:

CP nº	Valor (R\$)	Objeto
007/2021	33.486.016,11	Execução de obra de urbanização, drenagem, sinalização viária e construção de equipamentos urbanos ao longo da Avenida Litorânea.
009/2021	51.432.248,18	Execução de obra de pavimentação, drenagem e sinalização em diversos logradouros do Município.
010/2021	24.839.308,33	Execução de obra de recuperação da pavimentação, sinalização (horizontal e vertical) e implantação de iluminação, ciclovia e passeio na RJ 128 – Latino Melo.

Na peça inaugural, a representante alega supostas irregularidades na formalização dos Editais de Concorrência Pública nº 007/2021, nº 009/2021 e nº 010/2021, tendo sido este processo cadastrado como referente ao Edital de Concorrência Pública nº 009/2021 (Processo Administrativo nº 15.490/2021).

O processo em exame foi redirecionado ao meu Gabinete, para fins de apreciação quanto ao pedido de tutela provisória — nos termos do art. 84-A c/c o art. 103, § 4º, do Regimento Interno —, sem ter havido prévia manifestação das instâncias instrutivas e do Ministério Público de Contas.

É o Relatório. Passo a decidir.

Preliminarmente, ressalto que a concessão, ou não, de tutela provisória, de natureza cautelar, exercida em sede de cognição sumária, tem por base a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo do dano, conforme dispõe o art. 300 do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105/15).

No caso em tela, a representante se insurge em face da exigência de certidão referente à inexistência de débitos perante o Município de sua sede e, conjuntamente, uma certidão de não contribuinte do ISS e taxas do Município de Saquarema, por considerá-la ilegal, em afronta ao art. 29, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93. Aduz, ainda, a representante, demora excessiva na entrega da certidão emitida pela Prefeitura de Saquarema, não podendo ser obtida em tempo hábil à participação no certame.

O ponto suscitado na peça inaugural pode ser sintetizado no combate à exigência contida no subitem editalício 10.1.9, constante dos Editais de Concorrência Pública nº 007/2021 (Processo TCE-RJ nº 251.988-7/21), nº 009/2021 (presente feito) e nº 010/2021 (Processo TCE-RJ nº 251.991-4/21) e a seguir transcrito:

10.1.9. Os licitantes que não possuam qualquer inscrição neste Município deverão apresentar a Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares) expedidas pelo Município de sua sede; e, conjuntamente, Certidão de Não Contribuinte do ISS e Taxas do Município de Saquarema- RJ.

Ao final, a representante requer, em síntese:

Por todo o exposto, pugna a Representante:

I) Que, com fundamento no, nos termos do art. 84-A, do Regimento Interno, seja concedida a medida cautelar para:

- a. **suspender, inaudita altera pars, os processos licitatórios em curso; e/ou***
- b. Na hipótese de algum dos certames já ter sido homologado e seu objeto adjudicado, a **suspensão imediata e liminar da assinatura do contrato ou do início dos serviços licitados.***

II) Que, no mérito, seja julgada procedente esta Representação, para:

*a. **Declarar a ilegalidade do subitem 10.1.9, dos Editais das Concorrências Públicas nº 007/2021, 009/2021 e 010/2021, haja vista os argumentos de fato e direito expostos na presente Representação, sendo o aludido dispositivo editalício suprimido dos referidos Editais; e***

*b. **Declarados nulos todos os atos praticados no bojo das Concorrências Públicas nº 007/2021, 009/2021 e 010/2021, a contar desde as Sessões Públicas de entrega dos envelopes de habilitação e propostas de preços. (grifei)***

Verifico que um dos editais combatidos (Concorrência Pública nº 007/2021) foi objeto de Representação (Processo TCE-RJ nº 250.097-7/21), interposta pela sociedade empresária Hydra Engenharia e Saneamento Ltda., tendo a eminente Relatora, Conselheira-Substituta Andrea Siqueira Martins, proferido Decisão Monocrática naquele processo, em 10/12/2021, nos seguintes termos:

DECISÃO MONOCRÁTICA:

I. Pelo **DEFERIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR REFERENTE À SUSPENSÃO DO CERTAME**, até o pronunciamento definitivo desta Corte acerca do mérito desta Representação, nos termos do artigo 84-A do Regimento Interno deste TCE-RJ;

II. Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Prefeito do Município de Saquarema, nos termos do art. 26, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal, para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se acerca de todas as impropriedades veiculadas por meio desta Representação, sem prejuízo de, voluntariamente e em idêntico prazo, promover alterações no instrumento convocatório que reputar cabíveis, além de encaminhar os documentos atinentes à Concorrência Pública nº 007/2021, incluindo eventuais pedidos de esclarecimentos e impugnações, acompanhados das respectivas decisões; e

III. Findo o prazo, com ou sem resposta do Jurisdicionado, **encaminhem-se os autos diretamente à SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO**, para que, por meio de sua Coordenadoria competente, analise a Representação quanto aos pressupostos e critérios previstos, respectivamente, nos artigos 9º-A e 4º-A c/c 9º-B, todos da Deliberação TCE-RJ nº 266/2016, e, se presentes, quanto ao mérito, com posterior remessa ao MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, nos termos do art. 84-A, § 7º, do art. 84-A, do Regimento Interno deste Tribunal.

Observe, a título de informação complementar, que a Representação em epígrafe abarca, em seu bojo, questionamento suscitado na exordial sob exame, não se limitando a ela, como no presente, tendo a Relatora consignado, ao deferir a tutela no referido Processo TCE-RJ nº 250.097-7/21, que “a determinação contida no item 10.1.9 do instrumento convocatório em tela, exigida como requisito de habilitação dos licitantes, a princípio, não se encontra em consonância com a legislação de regência e extrapola os requisitos de habilitação nela previstos”.

Com efeito, em análise perfunctória, observe que o subitem 10.1.9 do Edital combatido mostra-se em desalinho às exigências referentes à regularidade fiscal estabelecidas ao art. 29, inciso III, da Lei Federal 8.666/93, posto que deveria se restringir ao domicílio ou sede do licitante.

Dessa forma, diante dos indícios de restrição à competitividade e da data de realização do certame, o que atende, ao meu juízo, aos requisitos do *periculum in mora* e

do *fumus boni iuris*, **concedo a tutela provisória** pleiteada, de natureza cautelar, com fundamento no art. 84-A do Regimento Interno, **com vistas à suspensão do certame licitatório, no estado em que se encontra, até o julgamento de mérito desta Representação**, devendo o jurisdicionado se abster de adjudicar o objeto, homologar o resultado ou celebrar o contrato.

Entendo, ainda, que deva ser oportunizada ao jurisdicionado a apresentação de esclarecimentos referentes ao questionamento veiculado nesta Representação, com fundamento no art. 84-A, § 3º, do Regimento Interno — para o que fixo o prazo de 15 (quinze) dias —, antes da análise conclusiva sobre o exame de mérito, o que será realizado na etapa processual subsequente pela Secretaria-Geral de Controle Externo (SGE), ouvido posteriormente o Ministério Público de Contas.

Adicionalmente, considerando que a análise do mérito da Representação em tela poderá afetar a esfera jurídica da eventual licitante vencedora, caso a fase de julgamento do certame venha a ser concluída, formulo Comunicação ao jurisdicionado para que dê ciência imediata à referida empresa, a fim de que, em assim desejando, manifeste-se sobre o objeto desta Representação, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Ex positis, com fundamento no art. 84-A c/c o art. 103, § 4º, ambos do Regimento Interno, profiro **251.990-0/21**

DECISÃO AD REFERENDUM:

- I - Pela **CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA** em relação ao pedido de suspensão do Edital de Concorrência Pública nº 009/2021 (Processo Administrativo nº 15.490/2021);
- II - Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Prefeito Municipal de Saquarema, com fundamento no art. 84-A, § 3º, do Regimento Interno, para que, **no prazo de 15 (quinze) dias** a contar da ciência desta Decisão, cumpra as seguintes **DETERMINAÇÕES**:

- a) Suspenda o certame licitatório referente ao Edital de Concorrência Pública nº 009/2021 (Processo Administrativo nº 15.490/2021), no estado em que se encontra, até o julgamento de mérito desta Representação, devendo o jurisdicionado se abster de adjudicar o objeto, homologar o resultado ou celebrar o contrato;
- b) Encaminhe a comprovação da suspensão do certame referente ao Edital de Concorrência Pública nº 009/2021;
- c) Apresente esclarecimentos acerca do questionamento veiculado nesta Representação, fazendo juntar a devida documentação comprobatória;
- d) Caso a fase de julgamento da licitação combatida tenha sido concluída, dê ciência imediata à licitante vencedora acerca desta Representação, bem como da possibilidade de se manifestar no presente processo, na defesa de seus interesses.

III - Pelo **ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS À SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO** deste Tribunal, após o prazo previsto no item II, para que, por meio da Coordenadoria competente, proceda à análise técnica desta Representação, considerando os eventuais elementos a serem apresentados pelo jurisdicionado, ouvido posteriormente o Ministério Público de Contas;

IV - Pela **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO** à representante, a fim de que tome ciência desta Decisão;

V - Pela **REMESSA** dos autos ao Núcleo de Distribuição do Gabinete da Presidência (NDG), para sorteio e encaminhamento ao Relator, após o atendimento ao item III desta Decisão.

GAP, em 12 / 01 / 2022.

RODRIGO MELO DO NASCIMENTO
Presidente



ANEXO 02





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ACÓRDÃO Nº 75678/2022-PLEN

1 - PROCESSO: 251990-0/2021

2 - NATUREZA: REPRESENTAÇÃO EM FACE DE LICITAÇÃO

3 - INTERESSADO: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA

4 - UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA

5 - RELATORA: ANDREA SIQUEIRA MARTINS

6 - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: HENRIQUE CUNHA DE LIMA

7 - ÓRGÃO DECISÓRIO: Plenário

8 - ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de REPRESENTAÇÃO EM FACE DE LICITAÇÃO, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em sessão do Plenário, por unanimidade, por CONHECIMENTO IN CASU com NOTIFICAÇÃO PESSOAL, COMUNICAÇÃO e EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO, nos exatos termos do voto do relator.

09- ATA Nº: 15

10 - DATA DA SESSÃO: 11 de maio de 2022

(Assinado Eletronicamente)
ANDREA SIQUEIRA MARTINS
Relatora

(Assinado Eletronicamente)
RODRIGO MELO DO NASCIMENTO
Presidente

Fui presente,

(Assinado Eletronicamente)
HENRIQUE CUNHA DE LIMA



Procurador-Geral de Contas



Assinado Digitalmente por: HENRIQUE CUNHA DE LIMA
Data: 2022.05.18 10:52:13 -03:00
Razão: Acórdão do Processo 251990-0/2021. Para verificar a autenticidade acesse <https://www.tcerj.tc.br/valida/>. Código: befb4c23-f228-4bb7-a6d8-650e1746d4af
Local: TCERJ

Assinado Digitalmente por: RODRIGO MELO DO NASCIMENTO
Data: 2022.05.18 09:34:15 -03:00
Razão: Acórdão do Processo 251990-0/2021. Para verificar a autenticidade acesse <https://www.tcerj.tc.br/valida/>. Código: befb4c23-f228-4bb7-a6d8-650e1746d4af
Local: TCERJ

Assinado Digitalmente por: ANDREA SIQUEIRA MARTINS
Data: 2022.05.17 12:33:55 -03:00
Razão: Acórdão do Processo 251990-0/2021. Para verificar a autenticidade acesse <https://www.tcerj.tc.br/valida/>. Código: befb4c23-f228-4bb7-a6d8-650e1746d4af
Local: TCERJ



VOTO GCS2

PROCESSO: TCE-RJ Nº 251.990-0/2021

ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

REPRESENTAÇÃO EM FACE DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES CONTIDAS EM EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO. ATENDIMENTO À MAIORIA DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. FALTA DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE SUPRIDA POR REGISTRO DO SIGNATÁRIO NA ORDEM DOS ADVOGADOS. CONHECIMENTO *IN CASU*.

REQUISITO DE REGULARIDADE FISCAL RESTRITIVO E NÃO PREVISTO EM LEI NÃO JUSTIFICADO PELO JURISDICIONADO. DESCUMPRIMENTO À DECISÃO QUE DETERMINOU A SUSPENSÃO DO CERTAME. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS. COMUNICAÇÃO. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO.

Trata-se de **Representação, com pedido de medida cautelar**, formulada pela sociedade empresária Dimensional Engenharia Ltda., em face de supostas irregularidades no Edital de Concorrência Pública nº 009/2021, deflagrado pela Prefeitura de Saquarema, cujo objeto consiste na contratação de empresa de serviços de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, para execução de obra de pavimentação, drenagem e sinalização em diversos logradouros, pelo prazo de 24 meses, no valor estimado de R\$ 51.432.248,18.

Em breve síntese, a Representante requer a suspensão do procedimento licitatório, em decorrência de suposta ilegalidade da exigência de Certidão de Não Contribuinte do ISS e Taxas do Município de Saquarema-RJ, constante do item 10.1.9 do instrumento convocatório, a qual afrontaria o art. 29, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993. Aduz, ainda, a demora excessiva na entrega da certidão emitida pela Prefeitura, o que impediria sua obtenção em tempo hábil à participação no certame.



No mérito, solicita a declaração de ilegalidade do citado item editalício e de nulidade de todos os atos praticados no bojo da concorrência, a contar da entrega dos envelopes de habilitação e das propostas de preços.

Cumpra registrar que a exordial que seu ensejo ao presente feito também combate a mesma exigência no tocante aos Editais de Concorrência Pública nº 007/2021 e nº 010/2021, igualmente reproduzida no item 10.1.9 dos mesmos, o que ocasionou a formalização, respectivamente, dos processos TCE-RJ nº 251.988-7/21 e nº 251.991-4/21.

Ademais, tramita em apenso a Denúncia nº 251.829-5/21, à qual foi concedido tratamento sigiloso, cujo respectivo processo será julgado nesta mesma sessão. No âmbito da denúncia, igualmente interposta contra o instrumento convocatório em debate, também foi questionado o item 10.1.9 do edital, além dos índices contábeis previstos no item 10.4.5.

Originalmente, o presente processo foi encaminhado ao Gabinete da Presidência, em decorrência do determinado no art. 103, § 4º do Regimento Interno do TCE-RJ.

Na primeira apreciação do feito, ocorrida em 12.01.2022, tendo em vista a constatação de que a previsão editalícia ora questionada configura indício de restrição à competitividade, o ilustre Conselheiro-Presidente concedeu a tutela provisória pleiteada, promovendo a oitiva do Jurisdicionado, nos seguintes termos:

Ex positis, com fundamento no art. 84-A c/c o art. 103, § 4º, ambos do Regimento Interno, profiro
DECISÃO AD REFERENDUM:

I - Pela CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA em relação ao pedido de suspensão do Edital de Concorrência Pública nº 009/2021 (Processo Administrativo nº 15.490/2021);

II - Pela COMUNICAÇÃO ao atual Prefeito Municipal de Saquarema, com fundamento no art. 84-A, § 3º, do Regimento Interno, para que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta Decisão, cumpra as seguintes DETERMINAÇÕES:

a) Suspenda o certame licitatório referente ao Edital de Concorrência Pública nº 009/2021 (Processo Administrativo nº 15.490/2021), no estado em que se encontra, até o julgamento de mérito desta Representação, devendo o jurisdicionado se abster de adjudicar o objeto,



homologar o resultado ou celebrar o contrato;

b) Encaminhe a comprovação da suspensão do certame referente ao Edital de Concorrência Pública nº 009/2021;

c) Apresente esclarecimentos acerca do questionamento veiculado nesta Representação, fazendo juntar a devida documentação comprobatória;

d) Caso a fase de julgamento da licitação combatida tenha sido concluída, dê ciência imediata à licitante vencedora acerca desta Representação, bem como da possibilidade de se manifestar no presente processo, na defesa de seus interesses.

III - Pelo ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS À SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO deste Tribunal, após o prazo previsto no item II, para que, por meio da Coordenadoria competente, proceda à análise técnica desta Representação, considerando os eventuais elementos a serem apresentados pelo jurisdicionado, ouvido posteriormente o Ministério Público de Contas;

IV - Pela EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO à representante, a fim de que tome ciência desta Decisão;

V - Pela REMESSA dos autos ao Núcleo de Distribuição do Gabinete da Presidência (NDG), para sorteio e encaminhamento ao Relator, após o atendimento ao item III desta Decisão.

Em atendimento, foram encaminhados os elementos consubstanciados no documento TCE-RJ nº 3.663-9/22, devidamente submetido à análise do Corpo Instrutivo, o qual concluiu pela irregularidade do mencionado item 10.1.9, opinando pela procedência desta Representação, conforme proposta de encaminhamento datada de 18.03.2022, cujas conclusões transcrevo abaixo:

(...)

Considerando que não houve atendimento pela administração, do item II (subitens: a, b e d) da decisão monocrática que determinou a sustação do procedimento de licitação;

Considerando que a administração informou que o contrato e a ordem de início de serviço são datados de 07/02/2022;

Considerando que o ato de sustação de contrato administrativo, na esteira do que dispõe o art. 71, §1º, da CRFB13 e, por simetria, o art. 123, §1º, da CERJ, não pode ser empreendido diretamente por esta Corte de Contas;

Considerando que o Portal de Transparência do município de Saquarema não apresenta dados suficientes para análise nem esses foram encontrados no SIGFIS auditor;

Sugerimos a manifestação:

I – Pela REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR concedida na decisão de 12.01.2022;

II - Pelo CONHECIMENTO da Representação, *in casu*, face à presença dos pressupostos de admissibilidade previstos no art.9º-A, parágrafo único, da Deliberação TCE-RJ nº 266/2016;

III. A PROCEDÊNCIA da Representação, quanto ao fato apontado na inicial, tendo em vista que o documento exigido no item 10.1.9 do Edital de Concorrência Pública nº 010/21 do município de Saquarema não se encontra previsto nas hipóteses previstas no art. 28 da Lei nº 8.666/1993 para fins de qualificação jurídica dos licitantes, comprometendo a competitividade do certame, em afronta a vedação imposta no art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666/1993;



IV – Pela NOTIFICAÇÃO à sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, Prefeita Municipal de Saquarema, na forma prevista no art. 26 do Regimento Interno desta Corte, para que apresente razões de defesa pelo não atendimento à decisão monocrática de 12/01/2022, a seguir reproduzida, cuja comunicação foi realizada por meio do Ofício nº Ofício PRS/SSE/CGC nº 630/2022, de 26 de janeiro de 2022:

- a) Suspensa o certame licitatório referente ao Edital de Concorrência Pública nº 009/2021 (Processo Administrativo nº 15.490/2021), no estado em que se encontra, até o julgamento de mérito desta Representação, devendo o jurisdicionado se abster de adjudicar o objeto, homologar o resultado ou celebrar o contrato;
- b) Encaminhe a comprovação da suspensão do certame referente ao Edital de Concorrência Pública nº 009/2021;
- c) ...
- d) Caso a fase de julgamento da licitação combatida tenha sido concluída, dê ciência imediata à licitante vencedora acerca desta Representação, bem como da possibilidade de se manifestar no presente processo, na defesa de seus interesses.

V. Por NOTIFICAÇÃO à Sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, atual Chefe do Poder Executivo do Município de Saquarema e do Sr. Danilo Goreti Villa Verde, Secretário Municipal de Infraestrutura de Saquarema, nos termos do disposto no artigo 26 do Regimento Interno desta Corte, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente razões de defesa quanto às seguintes irregularidades:

- V.1. exigência feita no item 10.1.9 do Edital de Concorrência Pública nº 009/2021, exigência de que os licitantes sem inscrição no município, apresentem Certidão de não contribuinte do ISS e taxas do Município de Saquarema;
- V.2. utilização dos índices previstos no item 11.7 do Edital de Concorrência Pública nº 009/2021, apresentando os devidos esclarecimentos quanto aos critérios objetivos que fundamentaram a exigência de apresentação de índice de endividamento – IE menor ou igual a 0,40 (item 11.7.a) e de índice de liquidez corrente – ILC maior ou igual a 1,50 (item 11.7.b)

VI. Pela COMUNICAÇÃO à atual Prefeita Municipal de Saquarema, com arrimo no §1º do art. 26 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, para que adote as providências com vistas ao atendimento das determinações abaixo relacionadas, no prazo fixado, alertando-a, que o não atendimento às decisões desta Corte torna seus responsáveis passíveis de aplicação de multa conforme inciso IV do art. 63, IV da LOTCERJ:

- VI.1. enviar cópias da ata de análise de habilitação elaborada pela CPL e da análise técnica elaborada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- VI.2. informar a atual situação da execução contratual, uma vez que a licitação foi concluída, com celebração do contrato, em 07/02/2022, e emissão da ordem de início de serviço, na mesma data;
- VI.3. atualizar a página oficial do município na internet com todos os documentos pertinentes à licitação em apreço, em reverência ao princípio republicano da transparência e publicidade, cristalizados no art. 37, caput, da CRFB/88 e art. 8º da Lei 12.527/2011; e
- VI.4. em futuros procedimentos de licitação se abster de incluir em edital cláusula similar à impugnada nesta Representação, que determine o fornecimento de documentos não previstos no art. 27 da Lei nº 8.666/93, pois constituem ofensa ao princípio da isonomia;

VII - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO ao Representante, a fim de que tome ciência da decisão desta Corte.

O Ministério Público Especial, representado por seu Procurador-Geral, Dr.



Henrique Cunha de Lima, acompanhou a Instrução, recomendando ainda a apensação do feito ao processo TCE-RJ nº 250.097-7/21.

Com efeito, o processo foi distribuído à minha relatoria em 29.03.2022, conforme certidão emitida pelo NDG na mesma data, na forma estabelecida no art. 84-A, § 7º, do Regimento Interno desta Corte, por prevenção constante do referido processo TCE-RJ nº 250.097-7/21.

É o relatório.

Preliminarmente, ingressando na análise dos requisitos de admissibilidade da Representação em apreço, entabulados na Deliberação TCE-RJ nº 266/2016, endosso a conclusão alcançada pelo Corpo Instrutivo, chancelada pelo *Parquet* de Contas.

Mediante exame da peça inaugural, verifico que a exordial se encontra revestida dos pressupostos elencados nos arts. 8º, 9º, VI e 9º-A da Deliberação TCE-RJ nº 266/2016, haja vista tratar-se de matéria de competência desta Corte, referir-se a responsável sujeito à sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara e objetiva, conter nome legível, qualificação e endereço da Representante, bem como encontrar-se acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade suscitada, além de não versar sobre interesse exclusivo do particular.

Foi verificada apenas a ausência de cópia do documento de identidade do signatário da inicial, o qual, por sua vez, está ativamente inscrito nos quadros da OAB-RJ, conforme averiguado pela instância técnica, razão pela qual reputo pertinente o conhecimento *in casu* da Representação, dando-se resultado útil a este processo.

A despeito da determinação desta Corte, consignada na decisão proferida neste feito em 12.01.2022, no sentido da suspensão do procedimento licitatório, em



consulta ao sítio eletrônico da municipalidade¹, observo que o certame teve início no dia 20.12.2021 e seu resultado foi homologado em 04.02.2022, conforme publicação no Diário Oficial do Município de Saquarema de 07.02.2022². Na mesma data, o objeto licitado foi adjudicado à empresa Construtora Zadar Ltda., com a qual foi firmado, também em 07.02.2022, o Contrato nº 19/2022³, no valor de R\$ 49.117.698,71.

Nesse aspecto, por meio do documento TCE-RJ nº 3.663-9/2022, a Chefe do Poder Executivo do município se limitou a informar que a Administração Pública vem enfrentando diversos problemas técnicos em seus sistemas informatizados, incluindo ataques de *hackers*, além da redução do número de servidores, em decorrência da pandemia, e, por tais motivos, logrou-se êxito em acessar o SICODI apenas em 14.02.2022, quando a licitação já havia sido finalizada.

Note-se que, além de ter sido dada a devida ciência à sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, Prefeita de Saquarema, através do Ofício PRS/SSE/CGC nº 630/2022, de 13.01.2022, cadastrado no SICODI, o respectivo aviso também foi publicado no DOERJ de 24.01.2022, isto é, antes do encerramento da concorrência.

Destarte, como bem apontado pelo Corpo Instrutivo, a resposta do Jurisdicionado, datada de 23.02.2022, foi intempestiva. Ademais, não foi capaz de fundamentar a desobediência à determinação desta Corte, resultante da não paralisação da Concorrência Pública nº 009/2022, diante da publicação da decisão de 12.01.2021 no DOERJ, além de não ter comprovado que foi dada ciência sobre este processo à licitante vencedora, Construtora Zadar Ltda., como também imposto na mesma decisão.

¹V.<<https://licitacoes.saquarema.rj.gov.br/licitacoes/concluidas/concorrencias-publicas/>>. Acesso em: 18.04.2022.

²V.<https://licitacoes.saquarema.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/HOMOLOGACAO_CP_009-21.pdf>. Acesso em: 18.04.2022.

³V.<<https://licitacoes.saquarema.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/CONTRATO-019-2022-CONSTRUTORA-ZADAR-LTDA.-OBRA-DE-PAVIMENTACAO-DRENAGEM-E-SINALIZACAO-EM-DIVERSOS-LOGRADOUROS-INFRAESTRUTURA-15490-2021.pdf>>. Acesso em: 18.04.2022.



A municipalidade também sustenta a perda do objeto da presente Representação em razão da finalização do certame, argumento este que tampouco merece prosperar. Isso porque o fim do procedimento licitatório não encerra a atuação deste Tribunal, não impondo qualquer óbice ao exame do mérito do processo com o objetivo de identificar a ocorrência de ilegalidades e seus eventuais responsáveis.

Como mencionado, a ora Representante se insurge contra o disposto no item 10.1.9 do edital, o qual exige das licitantes que não possuem inscrição na municipalidade a apresentação de Certidão de não contribuinte do ISS e taxas do Município de Saquarema. Vejamos a redação do citado item:

10.1.9. Os licitantes que não possuam qualquer inscrição neste Município deverão apresentar a Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares) expedidas pelo Município de sua sede; e, conjuntamente, Certidão de Não Contribuinte do ISS e Taxas do Município de Saquarema- RJ

A empresa ainda relata a demora excessiva na entrega da certidão, a qual é emitida pela Prefeitura, solicitando a supressão do dispositivo transcrito e a declaração de nulidade todos os atos praticados no bojo da Concorrência Pública nº 009/2021.

Com relação à demora na entrega da certidão, aduz o Jurisdicionado que emitiu a certidão em data anterior ao certame, destacando que, apesar disso, a Representante não participou do procedimento licitatório. Tal fato, entretanto, em consonância com o ressaltado pela instância técnica, não desnatura a situação potencialmente restritiva imposta pela cláusula.

No que tange à exigibilidade da Certidão de não contribuinte do ISS e taxas do Município de Saquarema, o Jurisdicionado defende sua manutenção no edital afirmando que:



A exigência da regularidade fiscal como medida salutar é uma forma de prestigiar os licitantes adimplentes e não “premiar” aqueles que se encontrem em débito com o fisco e nessa toada, não parece se coadunar com o sistema republicano e nem com o princípio da isonomia a possibilidade de oferecimento de melhores propostas por aqueles que não levam em consideração em seus cálculos certos gastos fiscais. Assim, tais licitantes só estariam em condições de assim fazê-lo por estarem inadimplentes com suas obrigações tributárias ofertando lances que se mostrem economicamente mais atraentes, mas não melhores para o interesse público.

Tal argumentação foi a mesma formulada pela municipalidade - no que tange ao Edital de Concorrência Pública nº 007/2021, em que consta o mesmo item 10.1.9 – no âmbito do processo TCE-RJ nº 250.097-7/21, o qual gerou prevenção no tocante a este feito. Conforme já asseverado naquele processo e na decisão monocrática prolatada nestes autos em 12.01.2022, a exigência atinente à regularidade fiscal deve se limitar à comprovação de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, nos termos do art. 27 c/c art. 29, inciso III da Lei Federal nº 8.666/1993⁴, sob pena de restringir indevidamente a competitividade da licitação.

Note-se que, no bojo do citado processo TCE-RJ nº 250.097-7/21, o Jurisdicionado tomou ciência acerca do entendimento exposto em 14.12.2021 - quando foi recebida pela sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves a decisão proferida no aludido feito em 10.12.2021 -, isto é, antes mesmo do início do certame referente à Concorrência Pública nº 009/2021, datado de 20.12.2021, e previamente à homologação da licitação, ocorrida em 04.02.2022.

Ademais, verifica-se que o requisito exigido se encontra disposto impropriamente no item 10.1 do edital, pertinente aos requisitos relativos à habilitação jurídica do licitante. Para tal finalidade (habilitação jurídica), o rol de exigências deve se restringir aos documentos elencados no art. 28 da Lei de Licitações.

⁴ Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em: (...)

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



Por outro lado, como bem identificado pelo Corpo Instrutivo, não foi possível localizar no instrumento convocatório previsão quanto à afirmação da Municipalidade no sentido de que a certidão poderia ser substituída por declaração *“de que a empresa licitante não tem inscrição no município (contratante), conforme disposto no edital”*.

Nesse contexto, reputo adequada a expedição de notificação aos responsáveis para que apresentem razões de defesa quanto à inclusão no edital, para fins de habilitação, de exigência não prevista no art. 27 c/c art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93, potencialmente comprometendo a competitividade do certame, mesmo após ciência prévia ao início da licitação do entendimento desta Corte quanto ao tema, no âmbito do processo TCE-RJ nº 250.097-7/21.

Da mesma maneira, a Chefe do Poder Executivo de Saquarema também deverá ser notificada a fim de que apresente razões de defesa quanto à inobservância das determinações dispostas na última decisão proferida por esta Corte para suspensão do certame, tendo em vista o prosseguimento da licitação, resultando na celebração do Contrato nº 19/2022.

Também em consonância com a análise técnica, considero imprescindível a comunicação ao Jurisdicionado para que informe a situação atual da execução contratual e encaminhe toda a documentação pertinente à licitação, notadamente considerando que, embora seja possível averiguar, com fulcro nas atas disponíveis no *site* da Prefeitura⁵, que parte das licitantes foi inabilitada em função do descumprimento do item 10.1.9, não há informações acerca de eventuais recursos, os quais deverão ser juntados a estes autos, acompanhados das respectivas decisões administrativas. Tais dados também devem ser divulgados no Portal da Transparência de Saquarema, em deferência à Lei de Acesso à Informação.

O julgamento de mérito desta Representação, por sua vez, deve ser

⁵ V. <<https://licitacoes.saquarema.rj.gov.br/licitacoes/concluidas/concorrencias-publicas/>>. Acesso em: 18.04.2022.



sobrestado, reservando-se tal juízo para fase processual posterior à oportunidade da ampla defesa e do contraditório dos responsáveis, no tocante à irregularidade averiguada, bem como após o retorno da Comunicação para que o Jurisdicionado traga aos autos todos os atos decisórios do edital em tela.

Considerando, ainda, que eventual nulidade do contrato decorrente da concorrência viciada produzirá efeitos na esfera de direitos da contratada, Construtora Zadar Ltda., entendo que deverá ser renovada a determinação de que seja dada ciência acerca do presente processo à empresa, em consonância com a Súmula Vinculante nº 003 do STF⁶.

Por fim, com a devida vênia ao *Parquet* de Contas, não reputo pertinente a apensação destes autos ao processo TCE-RJ nº 250.097-7/21, o qual, repita-se, gerou prevenção quanto a este feito, uma vez que o mesmo, a despeito de abarcar questionamento a item editalício idêntico ao ora em apreço, trata de instrumento convocatório distinto – Edital de Concorrência nº 007/2021.

Pelo exposto e examinado, posiciono-me **parcialmente de acordo** com a proposta de encaminhamento formulada pelo Corpo Instrutivo e com o parecer do douto Ministério Público Especial e,

VOTO:

I. Pelo CONHECIMENTO *IN CASU* da presente Representação;

II. Pela NOTIFICAÇÃO da sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, Prefeita Municipal de Saquarema, na forma prevista no art. 26, § 2º do Regimento Interno desta Corte, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente razões de defesa pelo não atendimento à integralidade da decisão monocrática de 12.01.2022, a

⁶ Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.



seguir reproduzida, comunicada por meio do Ofício nº PRS/SSE/CGC nº 630/2022, cujo respectivo aviso foi publicado no DOERJ de 24.01.2022:

- a) Suspenda o certame licitatório referente ao Edital de Concorrência Pública nº 009/2021 (Processo Administrativo nº 15.490/2021), no estado em que se encontra, até o julgamento de mérito desta Representação, devendo o jurisdicionado se abster de adjudicar o objeto, homologar o resultado ou celebrar o contrato;
- b) Encaminhe a comprovação da suspensão do certame referente ao Edital de Concorrência Pública nº 009/2021;
- c) ...
- d) Caso a fase de julgamento da licitação combatida tenha sido concluída, dê ciência imediata à licitante vencedora acerca desta Representação, bem como da possibilidade de se manifestar no presente processo, na defesa de seus interesses.

III. Pela NOTIFICAÇÃO da sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, Prefeita Municipal de Saquarema, e do sr. Danilo Goreti Villa Verde, Secretário Municipal de Infraestrutura de Saquarema e responsável pela homologação do certame, nos termos do § 2º do art. 26 do Regimento Interno do TCE-RJ, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de defesa quanto à inclusão no Edital de Concorrência Pública nº 009/2021 (item 10.1.9) de exigência de regularidade fiscal das empresas licitantes no município onde ocorreria o certame, à revelia do entabulado no inciso III do art. 29 c/c art. 3º, § 1º, I, da Lei Federal nº 8.666/93;

IV. Pela COMUNICAÇÃO ao atual Prefeito do Município de Saquarema, nos termos do art. 26, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote as seguintes providências, relacionadas à Concorrência nº 009/2021, alertando-o que o não atendimento às decisões desta Corte torna seus responsáveis passíveis de aplicação de multa conforme inciso IV do art. 63 da Lei Complementar nº 63/1990:

IV.1. Enviar cópias dos documentos pertinentes ao certame, especialmente dos motivos detalhados que ocasionaram a inabilitação de licitantes, incluindo a análise técnica elaborada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, bem como de eventuais recursos, acompanhados das respectivas decisões administrativas;

IV.2. Informar a atual situação da execução contratual;



IV.3. Atualizar a página oficial do município na *internet* com todos os documentos pertinentes à licitação em apreço, em reverência ao princípio republicano da transparência e publicidade, cristalizados no art. 37, *caput*, da CRFB/88 e no art. 8º da Lei Federal nº 12.527/2011;

IV.4. Em futuros procedimentos licitatórios, se abster de incluir em edital cláusula similar à impugnada nesta Representação, que determine o fornecimento de documentos não previstos no art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93, pois constituem ofensa ao princípio da isonomia; e

IV.5. Dar ciência acerca da presente decisão à contratada Construtora Zadar Ltda.; e

V. Pela **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO** à Representante, para que tome ciência da decisão deste Tribunal.

GCS-2,

ANDREA SIQUEIRA MARTINS
CONSELHEIRA SUBSTITUTA





ANEXO 03



ACORDÃO Nº 168770/2022-PLENV

1 PROCESSO: 251990-0/2021

2 NATUREZA: REPRESENTAÇÃO EM FACE DE LICITAÇÃO

3 INTERESSADO: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA

4 UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA

5 RELATORA: ANDREA SIQUEIRA MARTINS

6 REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: HENRIQUE CUNHA DE LIMA

7 ÓRGÃO DECISÓRIO: PLENÁRIO VIRTUAL

8 ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de REPRESENTAÇÃO EM FACE DE LICITAÇÃO, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em sessão do PLENÁRIO VIRTUAL, por unanimidade, por REVOGAÇÃO com PROCEDÊNCIA, ACOLHIMENTO PARCIAL DA DEFESA, NÃO ACOLHIMENTO, APLICAÇÃO DE MULTA e COMUNICAÇÃO, nos exatos termos do voto da Relatora.

9 ATA Nº: 45

10 QUORUM:

Conselheiros presentes: Marianna Montebello Willeman, Marcio Henrique Cruz Pacheco

Conselheiros-Substitutos presentes: Andrea Siqueira Martins, Marcelo Verdini Maia, Christiano Lacerda Ghuerrén

11 DATA DA SESSÃO: 29 de novembro de 2022

12 CONDENAÇÃO:

12.1 ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO: COORD AUD DE POL MOBILIDADE E URBANISMO

12.2 TIPO DE CONDENAÇÃO: APLICAÇÃO DE MULTA

12.3 RESPONSÁVEL: MANOELA RAMOS DE SOUZA GOMES ALVES

12.4 VALOR: R\$ 24.549,00 (vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e nove reais), equivalente, nesta data, a 6.000 vezes o valor da UFIR/RJ-2022 (4,0915)

12.5 FUNDAMENTO: art. 63, II e IV da Lei Complementar Estadual nº 63/90

12.6 PRAZO PARA RECOLHIMENTO: 30 (trinta) dias

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que versam sobre Representação formulada pela sociedade empresária Dimensional Engenharia Ltda., em face de supostas irregularidades no Edital de Concorrência Pública nº 009/2021, deflagrado pela Prefeitura de Saquarema, cujo objeto

consiste na contratação de empresa de serviços de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, para execução de obra de pavimentação, drenagem e sinalização em diversos logradouros.

CERTIFICA-SE que os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão Plenária Ordinária, deliberaram:

APLICAR MULTA, com fulcro nos incisos II e IV, do artigo 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90, à Sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, Prefeita do Município de Saquarema, no valor de R\$ 24.549,00 (vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e nove reais), equivalente, nesta data, a 6.000 vezes o valor da UFIR/RJ-2022 (4,0915), que deverá ser recolhida aos cofres públicos estaduais, com recursos próprios, DETERMINANDO-SE, desde logo, a COBRANÇA JUDICIAL, nos termos do artigo 3º da Deliberação TCE-RJ nº 267/16, inclusive com a expedição de ofício à dívida ativa estadual, caso a presente multa não venha a ser recolhida no prazo regimental, e a continuidade do processo no que se refere ao aguardo do recolhimento da sanção, observado o procedimento recursal.

13 CONDENAÇÃO:

13.1 ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO: COORD AUD DE POL MOBILIDADE E URBANISMO

13.2 TIPO DE CONDENAÇÃO: APLICAÇÃO DE MULTA

13.3 RESPONSÁVEL: DANILO GORETTI VILLA VERDE

13.4 VALOR: R\$ 10.228,75 (dez mil, duzentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), equivalente, nesta data, a 2.500 vezes o valor da UFIR/RJ-2022 (4,0915)

13.5 FUNDAMENTO: art. 63, II da Lei Complementar Estadual nº 63/90

13.6 PRAZO PARA RECOLHIMENTO: 30 (trinta) dias

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que versam sobre Representação formulada pela sociedade empresária Dimensional Engenharia Ltda., em face de supostas irregularidades no Edital de Concorrência Pública nº 009/2021, deflagrado pela Prefeitura de Saquarema, cujo objeto consiste na contratação de empresa de serviços de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, para execução de obra de pavimentação, drenagem e sinalização em diversos logradouros.

CERTIFICA-SE que os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão Plenária Ordinária, deliberaram:

APLICAR MULTA, com fulcro no inciso II, do artigo 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90, ao Sr. Danilo Goretti Villa Verde, Secretário de Infraestrutura do Município de Saquarema, no valor de R\$ 10.228,75 (dez mil, duzentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), equivalente, nesta data, a 2.500 vezes o valor da UFIR/RJ-2022 (4,0915), que deverá ser recolhida aos cofres públicos estaduais, com recursos próprios, DETERMINANDO-SE, desde logo, a COBRANÇA JUDICIAL, nos termos do artigo 3º da Deliberação TCE-RJ nº 267/16, inclusive com a expedição de ofício à dívida ativa estadual, caso a presente multa não venha a ser recolhida no prazo regimental, e a continuidade do processo no que se refere ao aguardo do recolhimento da sanção, observado o procedimento recursal.

Andrea Siqueira Martins

Relatora

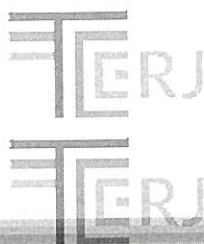
Marianna Montebello Willemann

Vice-Presidente no exercício da Presidência

Fui presente,

Henrique Cunha de Lima

Procurador-Geral de Contas



Assinado Digitalmente por: HENRIQUE CUNHA DE LIMA
Data: 2022.12.12 12:02:52 -03:00
Razão: Acórdão do Processo 251990-0/2021. Para verificar a autenticidade acesse <https://www.tcerj.tc.br/valida/>. Código: 97b2bfd1-827c-4f49-8de8-4ab8632f1038
Local: TCERJ

Assinado Digitalmente por: MARIANNA MONTEBELLO WILLEMANN
Data: 2022.12.09 11:42:36 -03:00
Razão: Acórdão do Processo 251990-0/2021. Para verificar a autenticidade acesse <https://www.tcerj.tc.br/valida/>. Código: 97b2bfd1-827c-4f49-8de8-4ab8632f1038
Local: TCERJ



VOTO GCS2

PROCESSO: TCE-RJ Nº 251.990-0/2021

ORIGEM: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

REPRESENTAÇÃO EM FACE DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES CONTIDAS EM EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO. CLÁUSULA DE HABILITAÇÃO POTENCIALMENTE RESTRITIVA. NÃO ATENDIMENTO À DECISÃO QUE DEFERIU A MEDIDA CAUTELAR PARA SUSPENSÃO DO CERTAME. EXECUÇÃO CONTRATUAL JÁ INICIADA. PREJUÍZO DEMONSTRADO NA INTERRUPTÃO DOS SERVIÇOS. REVOGAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA. NÃO ACOLHIMENTO DA MAIORIA DAS RAZÕES DE DEFESA. PROCEDÊNCIA. APLICAÇÃO DE MULTA. COMUNICAÇÃO.

Trata-se de **Representação, com pedido de medida cautelar**, formulada pela sociedade empresária Dimensional Engenharia Ltda., em face de supostas irregularidades no Edital de Concorrência Pública nº 009/2021, deflagrado pela Prefeitura de Saquarema, cujo objeto consiste na contratação de empresa de serviços de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, para execução de obra de pavimentação, drenagem e sinalização em diversos logradouros, pelo prazo de 24 meses, no valor estimado de R\$ 51.432.248,18.

O certame teve início no dia 20.12.2021, resultando na celebração, em 07.02.2022, do Contrato nº 019/2022, com a empresa Construtora Zadar Ltda., no valor de R\$ 49.117.698,71.

Em breve síntese, a Representante requer a suspensão do procedimento licitatório, em decorrência de suposta ilegalidade da exigência de Certidão de Não Contribuinte do ISS e Taxas do Município de Saquarema-RJ, constante do item 10.1.9 do instrumento convocatório, a qual afrontaria o art. 29, inciso III, da Lei Federal nº



8.666/1993. Aduz, ainda, a demora excessiva na entrega da certidão emitida pela Prefeitura, o que impediria sua obtenção em tempo hábil à participação no certame.

No mérito, solicita a declaração de ilegalidade do citado item editalício e de nulidade de todos os atos praticados no bojo da concorrência, a contar da entrega dos envelopes de habilitação e das propostas de preços.

Cumpre registrar que a exordial que deu ensejo ao presente feito também combate a mesma exigência no tocante aos Editais de Concorrência Pública nº 007/2021 e nº 010/2021, igualmente reproduzida no item 10.1.9 dos mesmos, o que ocasionou a formalização, respectivamente, dos processos TCE-RJ nº 251.988-7/21 e nº 251.991-4/21.

Ademais, **tramita em apenso a Denúncia nº 251.829-5/21, à qual foi concedido tratamento sigiloso, cujo respectivo processo será julgado nesta mesma sessão.** No âmbito da Denúncia, igualmente interposta contra o instrumento convocatório em debate, também foi questionado o item 10.1.9 do edital, além dos índices contábeis previstos no item 10.4.5.

Na última apreciação do presente feito, ocorrida em 11.05.2022, foi constatada a necessidade de esclarecimentos adicionais do jurisdicionado para a prolação de decisão definitiva. Ademais, tendo em vista que, além de ter corroborado a existência da impropriedade suscitada, verificou-se o não atendimento à decisão proferida neste feito em 12.01.2022, na qual foi determinada a suspensão do procedimento licitatório em exame, o Plenário desta Corte promoveu a notificação dos gestores responsáveis, nos seguintes termos:

VOTO:

I. Pelo CONHECIMENTO *IN CASU* da presente Representação;

II. Pela NOTIFICAÇÃO da sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, Prefeita do Município de Saquarema, na forma prevista no art. 26, § 2º do Regimento Interno desta Corte, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente razões de defesa pelo não atendimento à integralidade da decisão monocrática de 12.01.2022, a seguir reproduzida, comunicada por meio do Ofício nº PRS/SSE/CGC nº 630/2022, cujo respectivo aviso



foi publicado no DOERJ de 24.01.2022:

a) Suspensa o certame licitatório referente ao Edital de Concorrência Pública nº 009/2021 (Processo Administrativo nº 15.490/2021), no estado em que se encontra, até o julgamento de mérito desta Representação, devendo o jurisdicionado se abster de adjudicar o objeto, homologar o resultado ou celebrar o contrato;

b) Encaminhe a comprovação da suspensão do certame referente ao Edital de Concorrência Pública nº 009/2021;

c) ...

d) Caso a fase de julgamento da licitação combatida tenha sido concluída, dê ciência imediata à licitante vencedora acerca desta Representação, bem como da possibilidade de se manifestar no presente processo, na defesa de seus interesses.

III. Pela NOTIFICAÇÃO da sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, Prefeita Municipal de Saquarema, e do sr. Danilo Goreti Villa Verde, Secretário Municipal de Infraestrutura de Saquarema e responsável pela homologação do certame, nos termos do § 2º do art. 26 do Regimento Interno do TCE-RJ, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de defesa quanto à inclusão no Edital de Concorrência Pública nº 009/2021 (item 10.1.9) de exigência de regularidade fiscal das empresas licitantes no município onde ocorreria o certame, à revelia do entabulado no inciso III do art. 29 c/c art. 3º, § 1º, I, da Lei Federal nº 8.666/93;

IV. Pela COMUNICAÇÃO ao atual Prefeito do Município de Saquarema, nos termos do art. 26, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote as seguintes providências, relacionadas à Concorrência nº 009/2021, alertando-o que o não atendimento às decisões desta Corte torna seus responsáveis passíveis de aplicação de multa conforme inciso IV do art. 63 da Lei Complementar nº 63/1990:

IV.1. Enviar cópias dos documentos pertinentes ao certame, especialmente dos motivos detalhados que ocasionaram a inabilitação de licitantes, incluindo a análise técnica elaborada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, bem como de eventuais recursos, acompanhados das respectivas decisões administrativas;

IV.2. Informar a atual situação da execução contratual;

IV.3. Atualizar a página oficial do município na internet com todos os documentos pertinentes à licitação em apreço, em reverência ao princípio republicano da transparência e publicidade, cristalizados no art. 37, caput, da CRFB/88 e no art. 8º da Lei Federal nº 12.527/2011;

IV.4. Em futuros procedimentos licitatórios, se abster de incluir em edital cláusula similar à impugnada nesta Representação, que determine o fornecimento de documentos não previstos no art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93, pois constituem ofensa ao princípio da isonomia; e IV.5. Dar ciência acerca da presente decisão à contratada Construtora Zadar Ltda.; e

V. Pela EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO à Representante, para que tome ciência da decisão deste Tribunal.



Impende assinalar que a Representante compareceu à sessão de 11.05.2022, procedendo à realização de sustentação oral, cujas respectivas notas taquigráficas foram juntadas a estes autos¹.

Em atendimento à decisão plenária transcrita, a Prefeita de Saquarema encaminhou os elementos consubstanciados nos documentos TCE-RJ nº 10.996-5/22 e nº 11.001-3/22, enquanto o Secretário Municipal de Infraestrutura apresentou suas razões de defesa através do documento TCE-RJ nº 11.422-1/22. Toda a documentação foi analisada pelo Corpo Instrutivo, o qual concluiu que os agentes públicos não lograram êxito em afastar as irregularidades e tampouco suas respectivas responsabilidades, opinando pela rejeição das razões de defesa, pela procedência desta Representação e pela aplicação de multa aos notificados, resultando em proposta de encaminhamento datada de 13.09.2022:

Tendo em vista a análise acima efetuada, sugere-se:

I – A REVOGAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA anteriormente deferida;

II – A PROCEDÊNCIA desta Representação quanto ao mérito, considerando a análise efetuada na instrução da CAD-MOBILIDADE nesta data;

III – A REJEIÇÃO das razões de defesa apresentadas pela Sr^a Manoela Ramos Souza Gomes Alves, Prefeita Municipal de Saquarema, e pelo Sr. Danilo Goreti Villa Verde, Secretário Municipal de Infraestrutura do Município de Saquarema e responsável pela homologação do certame, em decorrência:

III.1 – da inclusão no Edital de Concorrência Pública nº 009/2021 (item 10.1.9) de exigência de regularidade fiscal das empresas licitantes no município onde ocorreria o certame, à revelia do entabulado no inciso III do art. 29 c/c art. 3º, § 1º, I, da Lei Federal nº 8.666/93; e

III.2 – do não atendimento integral à decisão desta Corte (proferida em sessão de 12.01.2022), a seguir reproduzida, regularmente comunicada através do Ofício nº PRS/SSE/CGC nº 630/2022, cujo respectivo aviso foi publicado no DOERJ de 24.01.2022:

a) Suspenda o certame licitatório referente ao Edital de Concorrência Pública nº 009/2021 (Processo Administrativo nº 15.490/2021), no estado em que se encontra, até o julgamento de mérito desta Representação, devendo o jurisdicionado se abster de adjudicar o objeto, homologar o resultado ou celebrar o contrato.

¹ Documento Anexado: PRESENCIAL_11.05.22 TRECHO DEFESA ORAL251.990-.pdf.



IV – A APLICAÇÃO DE MULTA, em valor a ser definido pelo Plenário mediante Acórdão, à Srª Manoela Ramos Souza Gomes Alves, Prefeita Municipal de Saquarema, e ao Sr. Danilo Goreti Villa Verde, Secretário Municipal de Infraestrutura do Município de Saquarema e responsável pela homologação do certame, com fulcro no art. 63, II e IV, da Lei Complementar nº 63/1990, destinada ao FEM/TCE-RJ, na forma do art.3º, inciso VII, da Lei Estadual nº 6.113/2011, DETERMINANDO-SE, desde logo, a COBRANÇA JUDICIAL, nos termos do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 267/16, inclusive com a expedição de ofício à Dívida Ativa Estadual, caso a multa não venha a ser recolhida no prazo regimental, e a continuidade do processo no que se refere ao aguardo do recolhimento da sanção, observado o procedimento recursal

V – A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO ao Representante, a fim de que tome ciência da decisão desta Corte.

O Ministério Público de Contas, representado por seu Procurador-Geral, Dr. Henrique Cunha de Lima, acompanhou a instrução.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre deixar consignado que a Prefeitura de Saquarema deflagrou três editais de Concorrência Pública com objetos semelhantes e contendo a mesma cláusula ora questionada, os quais vêm sendo alvo de outras impugnações nesta Corte de Contas:

Representação/Denúncia	Edital impugnado
250.097-7/21	CP nº 007/2021
251.828-1/21	CP nº 007/2021
251.988-7/21	CP nº 007/2021
204.152-3/22	CP nº 009/2021
251.990-0/21	CP nº 009/2021
251.829-5/21	CP nº 009/2021
204.194-1/22	CP nº 010/2021



251.991-4/21

CP nº 010/2021

Passo à análise dos esclarecimentos prestados por cada um dos agentes públicos em atendimento à última decisão plenária, a fim de fundamentar o presente voto, a partir de minha convicção sobre a matéria.

1. Das razões de defesa apresentadas em atendimento à notificação materializada no item II da decisão plenária de 11.05.2022

No presente feito, foi identificada a irregularidade do item 10.1.9² do instrumento convocatório, no qual está disposta exigência de apresentação de certidão de não contribuinte do ISS e taxas do Município de Saquarema para os licitantes que não possuam sede na localidade. Diante disso, **na decisão proferida em 12.01.2022, foi determinada a suspensão do procedimento licitatório, que não foi providenciada pela Administração municipal**, motivo pelo qual foi notificada, na sessão plenária de 11.05.2022, a Sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, Prefeita do Município. Nota-se que, em 12.01.2022, também havia sido determinado que fosse dada ciência deste processo à licitante vencedora, o que tampouco restou comprovado.

Reiterando as informações previamente prestadas a esta Corte, a notificada argumenta que, por questões técnicas e práticas, resultantes de ataques de *hackers* e da redução do número de servidores, em decorrência da pandemia, teve acesso ao SICODI apenas em 14.02.2022, posteriormente à homologação do certame, ocorrida em 04.02.2022, e à celebração do Contrato nº 019/2022, datado de 07.02.2022.

Como bem apontado pelo Corpo Instrutivo, o parágrafo único do art. 10 da Deliberação TCE-RJ nº 306/2020, o qual inclusive foi reproduzido nas razões de defesa, expressamente estabelece que *“não será considerada indisponibilidade técnica a impossibilidade de acesso ao SICODI que decorrer de falha nos equipamentos e nas*

² 10.1.9. Os licitantes que não possuam qualquer inscrição neste Município deverão apresentar a Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares) expedidas pelo Município de sua sede;



soluções de tecnologia de informática dos usuários cadastrados ou em suas conexões com a internet”.

O art. 11 da mesma norma ainda dispõe o seguinte:

Art. 11. Não havendo a confirmação da abertura da comunicação digital encaminhada pelo SICODI no prazo de 5 (cinco) dias, a contar de sua remessa, será providenciada publicação do termo do ato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, ou naquele que vier a substituí-lo.

§ 1º Existindo prazo a ser atendido pelo usuário, a contagem terá início no primeiro dia útil imediatamente posterior ao da publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, ou naquele que vier a substituí-lo.

§ 2º As publicações no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, ou naquele que vier a substituí-lo, serão integradas aos autos processuais.

Na presente Representação, nos exatos termos do dispositivo transcrito, **foi publicado aviso no DOERJ de 24.01.2022**, em relação ao qual a Prefeita afirma não ter tido acesso. Além do fato de as informações publicadas na imprensa oficial estadual estarem acessíveis a todos, **a jurisdicionada, especialmente ao constatar a impossibilidade de acesso ao SICODI, tem o dever de consultar o Diário Oficial a fim de verificar a existência de eventuais chamamentos**, notadamente considerando-se que a própria, repita-se, tinha ciência da Deliberação TCE-RJ nº 306/2020, suscitada em suas razões de defesa.

Dessa forma, tendo em vista que **a Concorrência Pública nº 009/2021 foi homologada em 04.02.2022, onze dias após a publicação do aviso no DOERJ**, filio-me ao entendimento da instância técnica quanto à **rejeição das razões de defesa** da Sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves.

No que se refere à **ciência, sobre este processo, à licitante vencedora**, eventualmente contratada, empresa Construtora Zadar Ltda., a Prefeita acostou a estes autos comprovante de comunicação, efetuada em 16.02.2022, isto é, anteriormente à notificação de 11.05.2022, **merecendo acolhimento suas razões de defesa neste ponto.**



2. Das razões de defesa apresentadas em atendimento à notificação materializada no item III da decisão plenária de 11.05.2022

No que tange especificamente à impropriedade que deu ensejo à presente Representação, qual seja, a irregularidade do item 10.1.9 do Edital de Concorrência Pública nº 009/2021, além da Sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, foi também notificado o Sr. Danilo Goreti Vila Verde, Secretário Municipal de Infraestrutura de Saquarema e responsável pela homologação do certame. Após análise das razões de defesa dos responsáveis, **desde já adianto que mantenho o entendimento acerca da ilegalidade do item editalício.**

A Chefe do Poder Executivo municipal e o responsável pela Pasta de Infraestrutura - cujas razões de defesa têm o teor praticamente idêntico, como constatado pelo Corpo Instrutivo - defendem a regularidade do item 10.1.9 asseverando que **a demanda se mostra como medida que resguarda o interesse público e não “premia” aqueles que estão inadimplentes com o fisco**, ocasionando violação ao princípio da isonomia, e se encontra **em consonância com o teor da Súmula nº 283 do Tribunal de Contas da União**, a qual dispõe que *“para fim de habilitação, a Administração Pública não deve exigir dos licitantes a apresentação de certidão de quitação de obrigações fiscais, e sim prova de sua regularidade”*.

Afirmam que o item impugnado não acarretou qualquer prejuízo às licitantes, uma vez que todas as empresas que solicitaram a certidão receberam o documento antes da realização da licitação e que **nenhuma participante foi inabilitada por descumprimento do item ora em debate.**

Aduzem, ainda, que **a Representante não participou do certame, porém, de forma reiterada, vem representando nesta Casa de Contas contra editais do Município de Saquarema** e que tal atitude é conduta usual da demandante.

Por fim, alegam que **a comprovação de que a licitante não tem inscrição no Município contratante poderia ser realizada através de uma declaração**, haja vista não haver óbice no edital.



Ora, a Administração não pode exigir que as interessadas infiram a possibilidade de substituição de um documento demandado como requisito de habilitação jurídica por uma declaração e, conforme já destacado na decisão anterior, **não há no instrumento convocatório qualquer previsão nesse sentido.**

Em que pesem os demais argumentos dos jurisdicionados, **entendo que exigência atinente à regularidade fiscal deve se limitar à comprovação de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, nos termos do art. 27 c/c art. 29, inciso III da Lei Federal 8.666/93³, sob pena de restringir indevidamente a competitividade da licitação.**

Por oportuno, destaco que, em consonância com a interpretação literal da lei, este Tribunal já se posicionou, através do processo TCE-RJ nº 210.368-7/2018⁴, sob minha relatoria, no sentido de que **a exigência de comprovação de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal onde ocorre o certame, para efeitos de habilitação das licitantes, afigura-se irregular**, pois extrapola os requisitos de habilitação previstos na legislação de regência. Não é demais lembrar que tal entendimento foi cientificado em 20.12.2021⁵ à Sra. Manoela Ramos de Souza Alves no bojo do processo TCE-RJ nº 250.097-7/2021, atinente à aludida Concorrência Pública nº 007/2021, cuja suspensão foi determinada exatamente em decorrência de indícios de irregularidade do mesmo item 10.1.9.

Quanto à demora na emissão da certidão solicitada, compete registrar, **não restou comprovada entrega tempestiva à Representante**, antes da licitação, eis que o documento juntado a estes autos não possui data de entrega e tampouco

³ Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em: (...)

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

⁴ Decisão plenária de 06.02.2019.

⁵ Ofício PRS/SSE/CGC nº 39.270/2021.



comprovante de recebimento⁶.

Ademais, compulsando as atas de sessões disponíveis no sítio eletrônico da municipalidade⁷, observo que **inicialmente compareceram nove empresas ao procedimento licitatório**, iniciado em 20.12.2021. No dia 11.01.2022, foram habilitadas duas participantes e na sessão de 02.02.2022, após análise dos recursos, foi declarada vencedora a empresa Construtora Zadar Ltda.. Ao contrário do afirmado pela gestora, **quatro licitantes foram inabilitadas pela ausência da certidão prevista no item 10.1.9**. Embora nenhuma delas tenha sido afastada apenas sob tal fundamento, **restou corroborado o caráter indevidamente restritivo da cláusula editalícia impugnada, a qual resultou em efetivo prejuízo à participação na concorrência**.

Diante de todo o exposto, **os notificados não lograram êxito em afastar as alegações da Representante**, relacionadas à morosidade da emissão de certidão pela Prefeitura e à ilegalidade do item 10.1.9 do Edital de Concorrência Pública nº 009/2021, que abrange exigência, para fins de habilitação, não prevista no art. 27 c/c art. 29 da Lei Federal nº 8.666/1993, a qual **comprometeu efetivamente a competitividade do certame**. Destarte, **acompanho o entendimento da instância técnica quanto ao não acolhimento das razões de defesa apresentadas pelos jurisdicionados, bem como julgo procedente a presente Representação**.

3. Da resposta à comunicação materializada no item IV da decisão plenária de 11.05.2022

Segundo averiguado pelo Corpo Instrutivo, **foram encaminhados todos os documentos solicitados por esta Corte**, quais sejam:

Doc. 1 – Aviso de licitação – publicação (Fl. 44 a 48):

• DOM nº 769, em 17.11.2021;

⁶ Documento TCE-RJ nº 10.996-5/22, #3015626, p. 24.

⁷V. <<https://licitacoes.saquarema.rj.gov.br/licitacoes/concluidas/concorrencias-publicas/>>. Acesso em: 03.11.2022.



- 'O dia', edição de 17.11.2021; • DOERJ (Parte IV – Pág. 2 – edição de 17.11.2021; e
- DOU (Seção 3 – nº 215 – Fl. 313 – 17.11.2021.

Doc. 2 – Licitação - Homologação e adjudicação (Fl. 49 a 51):

- Ato de homologação e adjudicação, de 04.02.2022; e • Publicação do Ato – DOM 07.02.2022.

Doc. 3 – Contrato (Fl. 52 a 66):

- Contrato nº 019/2022, de 07.02.2022;
- Termo de designação de fiscal do contrato, de 07.02.2022;
- Ordem de início de execução dos serviços, de 07.02.2022; e
- Publicação do extrato contratual – DOM de 08.02.2022. Doc. 4 – Atas das sessões do certame (Fl. 67 a 72):
- Ata de credenciamento e fase de habilitação, de 22.12.2021; e
- Ata de resultado de Recurso Administrativo, de 02.02.2022.

Doc. 5 – Análise Técnica (Fl. 73 a 110):

- Análise técnica da documentação relativa à habilitação técnica das licitantes.

No tocante à execução contratual, a Chefe do Poder Executivo municipal não forneceu quaisquer dados objetivos, tendo se limitado a apresentar, como destacado pela instância técnica, comentários próprios e de terceiros acerca de eventuais benefícios advindos dos serviços contratados. Neste aspecto, o Corpo Instrutivo tampouco obteve sucesso em encontrar informações acerca da execução do Contrato nº 019/2022 no endereço eletrônico oficial de Saquarema. Concluiu, de toda sorte, que **as informações requisitadas podem vir a ser, caso esta Corte entenda oportuno e necessário, objeto de verificação futura** junto àquela municipalidade.

Quanto à atualização da página eletrônica oficial da Prefeitura com todos os documentos pertinentes à licitação em apreço, foi possível verificar que os mesmos foram devidamente disponibilizados.

Na comunicação de 11.05.2022, também foi imposto ao Poder Executivo municipal que, em futuros procedimentos licitatórios, se abstinhasse de incluir em edital



cláusula similar à impugnada nesta Representação. No documento TCE-RJ nº 17.717-6/22, acostado ao processo TCE-RJ nº 251.829-5/21, em apenso, a Prefeita informou que a exigência não consta mais dos editais do Município de Saquarema.

4. Das conclusões

4.1. Quanto à possibilidade de prosseguimento do Contrato nº 019/2022

No contexto exposto, a despeito de terem sido corroboradas as irregularidades que deram ensejo à presente Representação, na esteira do pronunciamento da instância técnica, **entendo que é não é cabível a anulação da Concorrência Pública nº 009/2022**, uma vez que o objeto do Contrato nº 019/2022, já em execução, envolve serviços essenciais, relacionados à acessibilidade e à mobilidade dos moradores, bem como às condições de tráfego. Nota-se, ainda, que o ajuste, inicialmente estimado em R\$ 51.432.248,18, foi celebrado no valor de R\$ 49.117.698,71, representando uma aparente economia de R\$ 2.314.549,47.

Cabe destacar que, em sua resposta, a Prefeita apresentou fotos de redes sociais das obras em andamento, inclusive contendo manifestações de satisfação por parte dos munícipes, salientando que as obras são de grande relevância para a população.

Em relação ao tema, reputo relevante me manifestar diretamente quanto aos argumentos deduzidos pela Representante na sessão de julgamento deste feito de 11.05.2022, na qual suscitou como precedente, a fim de embasar o pedido de anulação da concorrência, a Representação TCE-RJ nº 205.050-6/2022, de relatoria do eminente Conselheiro Substituto Christiano Lacerda Ghuerren.

Observo que, no processo mencionado, o instrumento convocatório questionado foi declarado ilegal por esta Corte e o Prefeito do Município de São Gonçalo foi comunicado para que procedesse à anulação formal do procedimento licitatório e de eventual contrato administrativo decorrente, uma vez que restou evidenciado vício insanável no certame. As irregularidades identificadas no processo



TCE-RJ nº 205.050-6/2022, no entanto, não guardam qualquer relação com as apontadas na presente Representação, tratando-se de vícios relacionados (i) aos requisitos de qualificação técnica que extrapolavam as hipóteses elencadas nos incisos do art. 30 c/c § 5º da Lei Federal nº 8.666/1993 e (ii) à inclusão de itens com valor insignificante no quadro em que deveriam se encontrar somente os itens de maior relevância e valor significativo, contrariando a previsão contida no art. 30, § 1º, I, da Lei de Licitações.

Verifica-se, ainda, que na demanda supracitada não se tinha notícia de que o contrato decorrente do certame já estaria em execução, ao contrário da presente hipótese. Reitera-se que, no caso vertente, o jurisdicionado apresentou nos autos fotos das **obras em andamento**, ressaltando a relevância social do objeto da contratação, cuja interrupção pode ocasionar prejuízos à população, **além de não haver qualquer indício, nestes autos, sobre a existência de sobrepreço ou superfaturamento na contratação**⁸.

À luz dessas ponderações, apesar da falha identificada no edital, em sintonia com a manifestação do Corpo Instrutivo, **entendo que há elementos nos autos que contraindicam, neste momento, eventual determinação de anulação do procedimento licitatório e do ajuste dele decorrente**, com a consequente paralisação das obras, ante os bens jurídicos envolvidos na contratação, a fim de evitar danos à Administração Pública e, principalmente, aos munícipes.

É dever do julgador, nesse cenário, levar em consideração as consequências práticas advindas da eventual anulação da contratação, no intuito de impedir que seus efeitos sejam socialmente mais gravosos do que aqueles que adviriam de sua determinação, nos termos dos artigos 20 e 21 da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro⁹. Neste sentido, reputo ainda necessária a **revogação da**

⁸ É importante ressaltar a restrição de escopo da fiscalização objeto deste feito, que se limita a analisar os itens questionados na representação, não se imiscuindo nas nuances acerca da execução contratual, o que poderá ser efetuado em outros trabalhos de auditoria.

⁹ Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.



tutela previamente concedida.

4.2. Quanto à aplicação de multa aos responsáveis

Muito embora, diante das peculiaridades do caso concreto, não repute pertinente, excepcionalmente, a anulação do edital e do ajuste em execução, não se pode olvidar da gravidade da postura adotada pelos gestores responsáveis, os quais procederam à realização e à homologação de procedimento licitatório à revelia do entabulado no **inciso III do art. 29 c/c art. 3º, § 1º, I¹⁰, da Lei Federal nº 8.666/93**.

Posto isto, filio-me ao entendimento das instâncias instrutivas quanto à aplicabilidade de multa aos responsáveis, com arrimo no **art. 63, inciso II, da Lei Complementar nº 63/1990**:

Art. 63. O Tribunal de Contas poderá aplicar multa de até 1.000 (mil) vezes o valor da UFERJ aos responsáveis por¹¹: (...)

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas.

Parágrafo único. A decisão a que se refere o *caput* deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.

¹⁰ Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

¹¹ A UFERJ foi extinta por ocasião da criação da UFIR-RJ, conforme Decreto nº 27.518, de 28 de novembro de 2000 (DORJ 29.11.00). No artigo 2º da Deliberação TCE-RJ nº 219/00 ficou estabelecido o valor de até 44.265,5 (quarenta e quatro mil, duzentas e sessenta e cinco vírgula cinco) vezes o valor da UFIR-RJ para multas aplicadas pelo TCE-RJ



II - ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

A Sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, além disso, **descumpriu frontalmente decisão desta Corte de Contas, deixando de suspender a Concorrência Pública nº 009/2021**, incorrendo em falta que ainda dá ensejo à aplicação de multa com fulcro no **inciso IV do mesmo dispositivo**, o qual trata de hipótese de *“não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência ou a decisão do Tribunal”*.

Passo, portanto, à **dosimetria** das sanções, uma vez que o art. 65 da Lei Orgânica deste Tribunal¹², bem como o art. 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro¹³, dispõem que o *quantum* da penalidade pecuniária deverá refletir, entre outras condições, as de exercício da função, relevância da falta, grau de instrução do servidor e sua qualificação funcional, natureza e gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Administração Pública, circunstâncias agravantes ou atenuantes, antecedentes do agente, bem assim se o mesmo agiu com dolo ou culpa.

Considerando tais parâmetros, entendo que os elementos constantes dos autos apontam que os agentes atuaram com grave culpa ao promover licitação com base em edital contendo exigência manifestamente ilegal e a Prefeita, ao não providenciar o atendimento à determinação desta Corte para suspensão do certame, deu irregular prosseguimento ao procedimento licitatório.

Neste fio condutor, ainda há que se considerar que a Sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves ostenta a condição de Prefeita Municipal de Saquarema, responsável pela direção superior da Administração Municipal, e o Sr. Danilo Goreti

¹² Art. 65. O Tribunal de Contas, na conformidade do que dispuser seu Regimento Interno, em atos específicos ou, ainda, in casu, levará em conta, na fixação de multas, entre outras condições, as de exercício da função, a relevância da falta, o grau de instrução do servidor e sua qualificação funcional, bem assim se agiu com dolo ou culpa.

¹³ Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.



Villa Verde ocupa o cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura, demandando-se, de ambos, uma atuação cogente, transparente e diligente com vistas ao regular e eficiente emprego do dinheiro público.

A Chefe do Poder Executivo municipal ainda deixou de suspender o certame irregular, a despeito de ter sido devidamente cientificada acerca da decisão desta Corte através do DOERJ de 24.01.2022, anteriormente à homologação do procedimento licitatório, ocorrida em 04.02.2022.

Diante da gravidade da conduta e da culpabilidade dos responsáveis, fixo a pena de multa do **Sr. Danilo Goreti Villa Verde** em 2.500 UFIR-RJ e, da **Sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves**, que ainda descumpriu manifestamente decisão desta Corte, em 6.000 UFIR-RJ, nos termos do art. 65 da Lei Orgânica deste Tribunal, bem como dos arts. 22 e 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Pelo exposto e examinado, posiciono-me **parcialmente de acordo** com a proposta de encaminhamento formulada pelo Corpo Instrutivo e com o parecer do douto Ministério Público de Contas, residindo minha parcial divergência em acolher uma das razões de defesa da Sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves (apenas no que tange à cientificação da contratada).

VOTO:

I. Pela REVOGAÇÃO da tutela provisória deferida em 12.01.2021;

II. Pela PROCEDÊNCIA da presente Representação;

III. Pelo ACOLHIMENTO PARCIAL DAS RAZÕES DE DEFESA apresentadas pela **Sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves**, Prefeita do Município de Saquarema, em atendimento à notificação consubstanciada no item II da decisão plenária proferida neste feito em 11.05.2022;



IV. Pela NÃO ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DE DEFESA apresentadas pela **Sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves**, Prefeita do Município de Saquarema, em atendimento à notificação consubstanciada no item III da decisão plenária proferida neste feito em 11.05.2022.

V. Pela APLICAÇÃO DE MULTA à Sra. Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, Prefeita Municipal de Saquarema, no valor de R\$ 24.549,00 (vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e nove reais), equivalente nesta data a 6.000 vezes o valor unitário da UFIR-RJ (4,0915), a ser recolhida com recursos próprios ao erário estadual¹⁴, **DETERMINANDO-SE**, desde logo, a **COBRANÇA JUDICIAL**, nos termos do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 267/16, inclusive com a expedição de ofício, caso a presente multa não venha a ser recolhida no prazo regimental e a continuidade do processo no que se refere ao aguardo do recolhimento da sanção, observado o procedimento recursal, com fulcro nos **seguintes dispositivos**:

V.1. art. 63, IV, da Lei Complementar Estadual nº 63/90, em razão do não atendimento à determinação proferida por esta Corte, em 12.01.2022, para suspensão do procedimento licitatório, no estado em que se encontrava, abstendo-se de adjudicar o objeto, homologar o resultado ou celebrar o contrato; e

V.2. art. 63, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 63/90, em face da violação do inciso III do art. 29 c/c art. 3º, § 1º, I, da Lei Federal nº 8.666/1993;

VI. Pelo NÃO ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DE DEFESA apresentadas pelo **Sr. Danilo Goreti Villa Verde**, Secretário Municipal de Infraestrutura de Saquarema e responsável pela homologação do certame, em atendimento à notificação materializada no item III da decisão plenária prolatada nestes autos em 11.05.2022;

VII. Pela APLICAÇÃO DE MULTA ao Sr. Danilo Goreti Villa Verde,

¹⁴ Multa cujo recolhimento haverá de ser efetuado aos cofres públicos estaduais, em conformidade com o entendimento fixado no Processo TCE-RJ no 200.667-4/2002, decisão de 17.08.2022.



Secretário Municipal de Infraestrutura de Saquarema, no valor de R\$ 10.228,75 (dez mil, duzentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), equivalente nesta data a 2.500 vezes o valor unitário da UFIR-RJ (4,0915), **a ser recolhida com recursos próprios ao erário estadual**¹⁵, **DETERMINANDO-SE**, desde logo, a **COBRANÇA JUDICIAL**, nos termos do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 267/16, inclusive com a expedição de ofício, caso a presente multa não venha a ser recolhida no prazo regimental e a continuidade do processo no que se refere ao aguardo do recolhimento da sanção, observado o procedimento recursal, com fulcro no **seguinte dispositivo**: art. 63, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 63/90, em face da violação do inciso III do art. 29 c/c art. 3º, § 1º, I, da Lei Federal nº 8.666/1993; e

VIII. Pela COMUNICAÇÃO à Representante, conforme previsto no art. 26, § 1º do Regimento Interno do TCE-RJ, para que tome ciência do presente voto.

GCS-2,

ANDREA SIQUEIRA MARTINS
CONSELHEIRA SUBSTITUTA

¹⁵ Multa cujo recolhimento haverá de ser efetuado aos cofres públicos estaduais, em conformidade com o entendimento fixado no Processo TCE-RJ nº 200.667-4/2002, decisão de 17.08.2022.





PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, **DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.299.904/0001-60, estabelecida na Rua Sete de Setembro, 98, sala 605, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.050-002, por seu representante legal, o Diretor Técnico, devidamente nomeado e constituído na forma do Contrato Social, o Sr. **VINICIUS AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 2005101598, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.452.177-10, nomeia e constitui como seus bastantes procuradores o Dr. **BRUNO GOMES PESSOA MENDES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 166.842 e o Dr. **PAULO VICTOR FRANÇA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 238.633, ambos com endereço profissional situado na Rua Sete de Setembro, 98, sala 1201, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.050-002, aos quais outorga plenos poderes para representar e defender os interesses da OUTORGANTE, no curso da Concorrência nº 015/2023, (Processo Administrativo nº 17.142/2021), promovida pelo Município de Saquarema, através da Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos, conferindo aos outorgados os poderes da cláusula *ad judicium* e *ad judicium et extra*, podendo praticar todos os atos necessários à consecução do presente mandato, inclusive substabelecer com ou sem reservas de poderes.

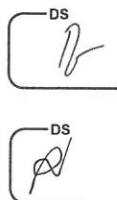
Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2023.

DocuSigned by:

7A03C40FFAB0401...

DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.

Vinicius Augusto Pereira Benevides





Dr. Jose Mario Rinneiro Pinto - Tabelião
 Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C e Grupo 503 - CEP 20031-005
 Centro - Edifício Jockey Club - Rio de Janeiro - RJ
 Fone: 21 3553-6020 - Fax: 21 3553-6021
 cartorio@24oficio.com.br

24º OFÍCIO DE NOTAS
 Ana Lucia Motta de Queiros
 Substituta do Tabelião

Livro Nº. 7902
 Folha Nº. 187
 Ato Nº. 117

**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ
 DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA, NA FORMA
 ABAIXO.**

“TRASLADO”

S A I B A M quantos esta virem que, no ano de dois mil e vinte dois ao 01º (primeiro) dia do mês de novembro, nesta Cidade, Estado do Rio de Janeiro, na sede deste Cartório do **24º. Ofício de Notas**, na Avenida Nilo Peçanha, nº. 11, 9º. Andar, grupo 903, e perante mim, **ANA LUCIA MOTTA DE QUEIRÓS, Substituta do Tabelião**, Matr. 94-12105 da CGJ/RJ, compareceu como **Outorgante: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA**, com sede na Rua: Sete de Setembro, nº. 98 – Grupo 605 – Centro, nesta Cidade, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.299.904/0001-60, neste ato devidamente representada por seu sócio Administrador: **CARLOS ALBERTO BRIZZI BENEVIDES**, nascido em 31/01/1953, filho de Wilson Aristides Benevides e Martha Brizzi Benevides, brasileiro, casado, arquiteto, portador da carteira de identidade nº. A6637-0, expedida pelo CAU/BR, em 04/04/2013, inscrito no CPF sob o nº. 459.645.727-15, com endereço comercial da **Outorgante**, reconhecido como o próprio por mim, **Substituta do Tabelião**, pelos documentos que me foram exibidos, do que dou fé. E assim, pela **Outorgante**, na forma como vem representada, me foi dito que, por este Público instrumento de Procuração, nomeia e constitui seus bastantes Procuradores: **MARIA DA GLORIA PEREIRA BENEVIDES**, nascida em 20/05/1954, filha de Milton Augusto Pereira e Maria Alzira Vaz Pereira brasileira, casada, administradora de empresa, portadora da carteira de identidade nº 20-47119-0, expedida pelo CRA/RJ, em 09/11/1978, inscrita no CPF sob o nº 403.020.087-72. **VINICIUS AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES**, nascido em 12/10/1983, filho de Carlos Alberto Brizzi Benevides e Maria da Gloria Pereira Benevides, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade no. 2005101598 expedida pelo CREA/RJ, em 22/01/2007, inscrito no CPF sob o nº. 098.452.177-10. **E: ANDRESSA AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES**, nascida em 05/01/1985, filha de Carlos Alberto Brizzi Benevides e Maria da Gloria Pereira Benevides, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da carteira de identidade no. 2006102290 expedida pelo CREA/RJ, em 10/05/2007, inscrita no CPF sob o nº. 099.309.107-51; ambos com endereço comercial na sede da **Outorgante**, nesta Cidade, Estado do Rio de Janeiro. Aos quais confere amplos e especiais poderes para em conjunto ou isoladamente, representarem a **DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA**. perante os órgãos da administração Pública direta ou indireta, fundações, autarquias, concessionárias de serviços Públicos, fornecedores, prestadores de serviços e terceiros em geral podendo assinar quaisquer documentos relacionados, mas não limitados, a bancos, cadastros, licitações, certidões, declarações e/ou fiscalizações, podendo ainda, requerer, retirar, apresentar e regularizar documentos em geral, prestar esclarecimentos, enfim, praticar todos os atos necessários em direito permitido para a plena administração da sociedade. O presente se não revogado terá validade de 01 (um) ano, a contar desta data. Enfim, praticar todos os atos necessários para

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AA 024142755

o bom e fiel cumprimento do presente mandato. Os nomes e dados dos elementos relativos ao objeto do presente instrumento foram fornecidos e conferidos pela **Outorgante**, por seu representante, que por eles se responsabilizam. Bem como é de responsabilidade dos Órgãos competente que irão utilizar o presente instrumento, de analisar os documentos e a viabilidade da utilização dos poderes aqui **Outorgados. Consulta de Óbito da CGJ, Sob o nº. 0724- OLOU-01934868, em 01/11/2022.** Certifico que pelo presente ato é devido à custa sendo, R\$ 182,50 (Tab, 22, 2) + R\$ 29,76 (Comunicações ao Distribuidor, DOI e CENSEC), Tab. (16 - nº. 5) + R\$ 12,84 (Arquivamento - Tab. 16 - nº. 4) + R\$ 21,07 (20% FETJ) + R\$ 5,26 (5% FUNDPERJ) + R\$ 5,26 (5% FUNPERJ), + 4,21 (FUNARPEN/RJ) + (Gratuitos 2% R\$ 1,25), + R\$ 5,33, 5% de ISS, e ainda o Valor de R\$ 37,97 referente á (distribuição 4 nomes). Assim o disse do que dou fé, e me pediu que lhe lavrasse o presente, que lhe li em voz alta, aceita e assina, declarando dispensar o comparecimento de testemunhas, nos termos do Artigo 391, da consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **EU, (ASS), ANA LUCIA MOTTA DE QUEIROS**, Substituta do Tabelião, Matr. 94-12105 da CGJ RJ, lavrei, li o presente ato, colhendo a assinatura. **Outorgante: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA**, neste ato, devidamente representado por seu Sócio: **CARLOS ALBERTO BRIZZI BENEVIDES**. "TRASLADADA NA MESMA DATA" Eu Subcrevo e assino, encerrando o presente Ato. _____

24º OFÍCIO DE NOTAS
Ana Lucia Motta de Queiros
Substituta do Tabelião

Ato subscrito e encerrado por mim



Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EEIO86422-PWL

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Handwritten signature and stamp: NOTARIAI

00-2017/057524-1 21 fev 2017 15:44
 JUCERJA Guia: 102243155
 3320517970-1 Atos: 105
 DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA HASH: F17020575241T
 Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 376,00 Pago: 376,00
 mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00
 ULT. ARO.: 00002989546 22/12/2016 105

00-2017/057524-1 15 fev 2017 10:19
 JUCERJA Guia: 102243155
 3320517970-1 Atos: 105
 DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA HASH: F17020575241Q
 Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 376,00 Pago: 376,00
 mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00
 ULT. ARO.: 00002989546 22/12/2016 105

1 - REQUERIMENTO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA
 Nire: 33.20517970-1
 Protocolo: 00-2017/057524-1 15/02/2017
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NÚMERO
 E DATA ABAIXO.
 00003011831
 DATA: 23/02/2017
 Bernardo F. S. Berwanger
 SECRETÁRIO GERAL

O DO RIO DE JANEIRO

ALT. dados

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: EDERVAL ESPIRITO SANTO

Assinatura: E.F.S.

Telefone de contato: 2441.5902

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM☐ SIMProcesso em ordem.
À decisão.☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☒ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

22, 02, 2017

Data

Responsável

☐ Processo indeferido. Publique-se.

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Presidente da

Turma

Vogal

Vogal

OBSERVAÇÕES:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA
 Nire: 33205179701
 Protocolo: 0020170575241 - 15/02/2017
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: A4164A045ED166994F909DD299CA4554D596B91E8014DFB1A1EF8065B7258A34
 Arquivamento: 00003011831 - 23/02/2017

Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral



5739259

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 23ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.

CNPJ/MF: 00.299.904/0001-60
NIRE: 33205179701

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito,

CARLOS ALBERTO BRIZZI BENEVIDES, brasileiro, casado, arquiteto, domiciliado na Rua Sete de Setembro, nº 98, grupo 605, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002, portador da carteira de identidade nº A6637-0, expedida pelo CAU/BR RNP, inscrito no CPF/MF sob o nº 459.645.727-15 ("Brizzi");

MARIA DA GLORIA PEREIRA BENEVIDES, brasileira, casada, administradora de empresas, domiciliada na Rua Sete de Setembro, nº 98, grupo 605, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002, portadora da carteira de identidade nº 20-47119-0, expedida pelo CRA, inscrita no CPF/MF sob o nº 403.020.087-72 ("Gloria");

VINICIUS AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES, brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado na Rua Sete de Setembro, nº 98, grupo 605, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002, portador da carteira de identidade nº 2005101598, expedida pelo CREA RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.452.177-10 ("Vinicius");

ANDRESSA AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES, brasileira, solteira, engenheira civil, domiciliada na Rua Sete de Setembro, nº 98, grupo 605, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002, portadora da carteira de identidade nº 2006102290, expedida pelo CREA RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 099.309.107-51 ("Andressa");

BENFOUR INVESTMENT S.A., sociedade anônima com sede na Rua Sete de Setembro, nº 98, cob. 04, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.067.767/0001-33, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE nº 33300317350, neste ato representada por seu Diretor Executivo, o Sr. **Pedro Ken-Ichi Teixeira Massunaga**, brasileiro, casado, arquiteto, portador da carteira de identidade nº 81-1-15856-0, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 733.394.907-91, residente e domiciliado na Rua Prof. Gabizzo, nº 202, apto. 101, Tijuca, CEP 20271-061, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro ("Benfour");

Na qualidade de únicos sócios da **DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.**, sociedade limitada com sede na Rua Sete de Setembro, nº 98, grupo 605, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.299.904/0001-60, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE nº 33205179701 ("Sociedade"),

Têm entre si, justo e contratado, alterar o Contrato Social da Sociedade e tomar as seguintes deliberações, todas por unanimidade, dispensando-se a ata de reunião de sócios, em face do disposto no §3º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil");

1. OBJETO SOCIAL

1.1. Decidem os sócios alterar o objeto social da Sociedade para incluir novas atividades, modificando o item II do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

II- OBJETO SOCIAL

A sociedade terá por objetivo social, a exploração, em todo o Território Nacional e no exterior, de toda a atividade direta ou indiretamente ligada à indústria da construção

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA
Nire: 33205179701

Protocolo: 0020170575241 - 15/02/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: A4164A045ED166994F909DD299CA4554D596B91E8014DFB1A1EF8065B7258A34

Arquivamento: 00003011831 - 23/02/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

44



5739260

civil em caráter geral e específico, a saber: (a) projetos, sondagens, consultoria, gerenciamento e fiscalização de obras; (b) construção, restauro, reforma, ampliação, conservação, manutenção de obras, manutenção predial, sejam próprias, públicas ou particulares, com ou sem fornecimento de material, fortificações e, sob qualquer regime de, administração, empreitada, concessão, parceria público-privada (PPP), com sistemas de construção, normal, especial ou pré-moldado, com tecnologia nacional ou internacional; (c) urbanização em geral, loteamento, terraplanagens, pavimentações e obras rodoviárias; (d) construção de obras pesadas, pontes, viadutos, barragens, linhas de transmissão, usinas hidrelétricas, irrigação, obras em rios ou mar; (e) obras de saneamento em geral, água, esgoto, drenagens, elevatórias (água e esgoto), redes, emissários terrestre e submarino; (f) projeto, instalação e conservação de sistema de ar condicionado; (g) operação de usina de asfalto e de central de concreto, bem como de equipamentos para o transporte e execução; (h), locação e operação de veículos e equipamentos leves e pesados de uma forma geral, tais como carregadeiras, guindastes, tratores e caminhões entre outros; (i) comércio, importação e exportação de materiais, máquinas e equipamentos mecânicos, elétricos e eletrônicos correlatos, por conta própria ou de terceiros; (j) assessoria comercial, operações comerciais, industriais e financeiras, direta ou indiretamente ligadas às suas atividades, desde que não dependam de autorização especial do Governo; (k) atividades de controle de vetores e pragas urbanas e de limpeza e higienização de reservatório de água; (l) obras de readequação e/ou recuperação ambiental e de prevenção contra catástrofe, inclusive reflorestamento e paisagismo; (m) coleta e transporte rodoviário dos seguintes tipos de resíduos: resíduos classe i - perigosos, resíduos classe ii - não perigosos, resíduos provenientes da construção civil (classes a, b, c e d), resíduos de serviços de saúde (grupos a, b, c, d e e), resíduos provenientes de reciclagem (papel, papelão, plástico, madeira, metal, vidro e borracha), resíduos provenientes de sistema de esgotamento sanitário (filtros, fossas, estações de tratamento de esgoto - ETE's, sumidouros e reatores), resíduos provenientes de portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários, resíduos sólidos urbanos, extraordinário, comercial, de varrição e poda, efluentes sanitários, efluentes industriais e chorume; (n) prestação de serviços de limpeza pública tais como, varrição manual e mecanizada, poda, limpeza de vias urbanas com caminhão pipa com bomba de pressão; (o) projeto, construção, reforma, obras, operação, remediação e manutenção de centro de tratamento e destinação de resíduos - CTDR, aterros sanitários, aterros industriais, aterros de resíduos de construção civil e de demolição e vazadouros, instalação e operação de autoclaves e incineradores voltados a esterilização e decomposição térmica de resíduos de serviços de saúde e resíduos sólidos urbanos. operação de unidade de tratamento e beneficiamento incluindo britagem e peneiramento de resíduos de construção civil e de demolição, e de unidade de tratamento de recicláveis, de compostagem, e de triagem; (p) gerenciamento integrado das atividades de: triagem de recicláveis, coleta de resíduos domiciliares, resíduos de limpeza urbana, compostagem aeróbica com controle de qualidade, preparação e destinação legal dos resíduos tóxicos, coleta seletiva e educação ambiental, disposição final dos rejeitos por aterramento adequado; (q) elaboração, implantação e controle de programas de educação ambiental; (r) pesquisa, lavra, exploração, produção, operação, refinação, processamento, comércio, transporte e estocagem de petróleo proveniente de poços em Campos Maduros e/ou Marginais, Onshore, Offshore, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, incluindo-se, mas não se limitando, a construção de unidades geradoras em geral, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins, assim como a importação e exportação."

2. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

2.1. Em razão das deliberações tomadas acima, resolvem os novos sócios consolidar o Contrato Social da Sociedade, passando o mesmo a vigorar com a seguinte e nova redação consolidada:

2 de 6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA
Nire: 33205179701

Protocolo: 0020170575241 - 15/02/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: A4164A045ED166994F909DD299CA4554D596B91E8014DFB1A1EF8065B7258A34

Arquivamento: 00003011831 - 23/02/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5739261

**"CONTRATO SOCIAL DA DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.
CNPJ Nº 00.299.904/0001-60
NIRE Nº 33205179701**

I- DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

A sociedade empresária limitada gira sob a denominação de "DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA", com sede e administração central na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Rua Sete de Setembro nº 98, grupo 605, Centro, CEP. 20.050-002, sendo sua duração por tempo indeterminado, podendo os sócios, por decisão unânime, transformá-la em sociedade anônima.

II- OBJETO SOCIAL

A sociedade terá por objetivo social, a exploração, em todo o Território Nacional e no exterior, de toda a atividade direta ou indiretamente ligada à indústria da construção civil em caráter geral e específico, a saber: (a) projetos, sondagens, consultoria, gerenciamento e fiscalização de obras; (b) construção, restauro, reforma, ampliação, conservação, manutenção de obras, manutenção predial, sejam próprias, públicas ou particulares, com ou sem fornecimento de material, fortificações e, sob qualquer regime de, administração, empreitada, concessão, parceria público-privada (PPP), com sistemas de construção, normal, especial ou pré-moldado, com tecnologia nacional ou internacional; (c) urbanização em geral, loteamento, terraplanagens, pavimentações e obras rodoviárias; (d) construção de obras pesadas, pontes, viadutos, barragens, linhas de transmissão, usinas hidrelétricas, irrigação, obras em rios ou mar; (e) obras de saneamento em geral, água, esgoto, drenagens, elevatórias (água e esgoto), redes, emissários terrestre e submarino; (f) projeto, instalação e conservação de sistema de ar condicionado; (g) operação de usina de asfalto e de central de concreto, bem como de equipamentos para o transporte e execução; (h), locação e operação de veículos e equipamentos leves e pesados de uma forma geral, tais como carregadeiras, guindastes, tratores e caminhões entre outros; (i) comércio, importação e exportação de materiais, máquinas e equipamentos mecânicos, elétricos e eletrônicos correlatos, por conta própria ou de terceiros; (j) assessoria comercial, operações comerciais, industriais e financeiras, direta ou indiretamente ligadas às suas atividades, desde que não dependam de autorização especial do Governo; (k) atividades de controle de vetores e pragas urbanas e de limpeza e higienização de reservatório de água; (l) obras de readequação e/ou recuperação ambiental e de prevenção contra catástrofe, inclusive reflorestamento e paisagismo; (m) coleta e transporte rodoviário dos seguintes tipos de resíduos: resíduos classe i - perigosos, resíduos classe ii - não perigosos, resíduos provenientes da construção civil (classes a, b, c e d), resíduos de serviços de saúde (grupos a, b, c, d e e), resíduos provenientes de reciclagem (papel, papelão, plástico, madeira, metal, vidro e borracha), resíduos provenientes de sistema de esgotamento sanitário (filtros, fossas, estações de tratamento de esgoto - ETE's, sumidouros e reatores), resíduos provenientes de portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários, resíduos sólidos urbanos, extraordinário, comercial, de varrição e poda, efluentes sanitários, efluentes industriais e chorume; (n) prestação de serviços de limpeza pública tais como, varrição manual e mecanizada, poda, limpeza de vias urbanas com caminhão pipa com bomba de pressão; (o) projeto, construção, reforma, obras, operação, remediação e manutenção de centro de tratamento e destinação de resíduos - CTDR, aterros sanitários, aterros industriais, aterros de resíduos de construção civil e de demolição e vazadouros, instalação e operação de autoclaves e incineradores voltados a esterilização e decomposição térmica de resíduos de serviços de saúde e resíduos sólidos urbanos. operação de unidade de tratamento e beneficiamento incluindo britagem e peneiramento de resíduos de construção civil e de demolição, e de unidade de tratamento de recicláveis, de compostagem, e de triagem; (p) gerenciamento integrado das atividades de: triagem de recicláveis, coleta de resíduos domiciliares, resíduos de limpeza urbana, compostagem aeróbica com controle de qualidade, preparação e destinação legal dos resíduos tóxicos, coleta seletiva e educação ambiental, disposição final dos rejeitos por aterramento adequado; (q) elaboração, implantação e controle de programas de educação ambiental; (r) pesquisa, lavra, exploração, produção, operação, refinação, processamento, comércio, transporte e estocagem de petróleo proveniente

3 de 6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA
Nire: 33205179701

Protocolo: 0020170575241 - 15/02/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: A4164A045ED166994F909DD299CA4554D596B91E8014DFB1A1EF8065B7258A34

Arquivamento: 00003011831 - 23/02/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5739262

de poços em Campos Maduros e/ou Marginais, Onshore, Offshore, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, incluindo-se, mas não se limitando, a construção de unidades geradoras em geral, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins, assim como a importação e exportação."

III- CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 38.760.000,00 (trinta e oito milhões, setecentos e sessenta mil reais), representado por 5.000 (cinco mil) quotas com valor nominal de R\$ 7.752,00 (sete mil, setecentos e cinquenta e dois reais) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do País, e assim distribuídas entre os sócios:

Sócios	Nº de Quotas	Participação no capital social (%)	Participação em R\$
Carlos Alberto Brizzi Benevides	250	5	1.938.000,00
Maria da Gloria Pereira Benevides	100	2	775.200,00
Vinicius Augusto Pereira Benevides	100	2	775.200,00
Andressa Augusto Pereira Benevides	50	1	387.600,00
Benfour Investment S.A.	4.500	90	34.884.000,00
Totais	5.000	100	38.760.000,00

Parágrafo primeiro- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo segundo- Os lucros auferidos pela Sociedade poderão ser distribuídos e pagos desproporcionalmente à participação dos sócios no capital social.

IV- ADMINISTRAÇÃO

Compete ao sócio CARLOS ALBERTO BRIZZI BENEVIDES a administração da sociedade, que assinará isoladamente, nos termos da legislação em vigor, ficando o mesmo dispensado de prestar caução para o exercício das referidas funções. A denominação será usada única e exclusivamente em atos de interesse da sociedade e proibida em fianças, avais, endossos em títulos de favor, contratos de arrendamento ou outros quaisquer documentos estranhos à sociedade, ficando o infrator responsável, pessoalmente, pela assinatura indevida.

Parágrafo Primeiro – Em caso de impedimento do sócio administrador, a administração da sociedade será exercida por uma Diretoria, composta pelos sócios VINICIUS AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES, designado Diretor Técnico; ANDRESSA AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES, designada Diretora de Planejamento; e MARIA DA GLORIA PEREIRA BENEVIDES, designada Diretora Administrativa, a qual obedecerá ao disposto nos parágrafos seguintes.

Parágrafo Segundo – O Diretor Técnico e a Diretora de Planejamento poderão praticar, em conjunto ou isoladamente, todo e qualquer ato relacionado à engenharia, no desenvolvimento das atividades sociais, tais como, exemplificada, mas não exaustivamente, a consultoria técnica, o gerenciamento de obras, a construção civil, a urbanização em geral, o saneamento em geral e dragagens.

Parágrafo Terceiro – O Diretor Técnico e a Diretora de Planejamento, sempre em conjunto, ou a Diretora Administrativa, isoladamente, poderão praticar todo e qualquer ato relativo à parte administrativa e financeira da Sociedade, incluindo aqui, exemplificada, mas não exaustivamente, a celebração e a assinatura de documentos que importem em obrigação para a

4 de 6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA
Nire: 33205179701

Protocolo: 0020170575241 - 15/02/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: A4164A045ED166994F909DD299CA4554D596B91E8014DFB1A1EF8065B7258A34

Arquivamento: 00003011831 - 23/02/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5739263

Sociedade, tais como, contratos, escrituras, títulos de dívidas, cambiais, cheques e ordens de pagamento.

V- REMUNERAÇÃO

A cada um dos administradores caberá uma retirada mensal a título de pró-labore, sendo o seu valor fixado pelos sócios, de comum acordo, prevalecendo a decisão da maioria.

VI- EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social coincidirá com o ano civil. Em 31 de dezembro de cada ano serão levantadas as demonstrações financeiras da sociedade e o lucro líquido ou prejuízo apurado terá sua destinação definida pelos sócios quotistas, prevalecendo a decisão dos sócios representantes da maioria das quotas de capital.

Parágrafo Primeiro – As demonstrações financeiras deverão ser julgadas pelos sócios quotistas no primeiro quadrimestre subsequente ao término do exercício social, sendo estas colocadas à disposição destes com antecedência de 30 (trinta) dias à realização da Assembleia de sócios.

Parágrafo Segundo – Os sócios, de comum acordo, poderão deliberar a preparação de Demonstrações Financeiras intermediárias, para a qualquer tempo distribuir lucros.

VII- FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIOS

Em caso de falecimento ou interdição de sócios, a sociedade não se dissolverá. Os herdeiros ou sucessores maiores terão opção de substituí-los na sociedade, devendo essa intenção ser manifestada no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que as quotas do falecido ou interdito serão divididas em tantas partes quantos forem os herdeiros ou sucessores maiores, caso em que os demais sócios, desde já, autorizam seu ingresso na sociedade.

Parágrafo Único - Se no prazo acima, os herdeiros ou sucessores maiores não se manifestarem, proceder-se-á à apuração de haveres do sócio falecido ou interdito, através do levantamento de demonstrações financeiras no prazo de até 90 (noventa) dias da data do evento, que serão pagos em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês.

VIII – REUNIÃO E ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS

A Assembleia de sócios realizar-se-á sempre que convocada, na forma da Lei, e obrigatoriamente no primeiro quadrimestre subsequente ao término do exercício social, quando deliberará sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício findo.

Parágrafo Único – A assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e em segunda convocação, com qualquer quórum.

IX- TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

É expressamente proibida a cessão ou a transferência de quotas de capital de qualquer dos sócios a estranhos, sem o consentimento expresso dos demais sócios. O sócio que quiser retirar-se da sociedade, comunicará esta decisão por escrito aos demais sócios que, em sessenta dias, contados da data do recebimento da comunicação, exercerão ou não o direito de preferência na aquisição das quotas do cedente, em igualdade de preço, prazo e condições. Se ao término do prazo acima referido os sócios não exercerem sua preferência e nem houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social, as quotas poderão ser livremente negociadas.

5 de 6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA
Nire: 33205179701

Protocolo: 0020170575241 - 15/02/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: A4164A045ED166994F909DD299CA4554D596B91E8014DFB1A1EF8065B7258A34

Arquivamento: 00003011831 - 23/02/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



Parágrafo Único – É permitida a cessão de quotas entre sócios, independentemente do direito de preferência que os demais possam ter na proporcionalidade de seu capital e de qualquer outra formalidade, ficando dispensada qualquer comunicação formal.

X- CASOS OMISSOS E FORO

Os casos omissos neste instrumento serão regulados pelas disposições legais vigentes, ficando eleito o foro do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para quaisquer procedimentos judiciais oriundos deste contrato.

XI- DESIMPEDIMENTO

Declararam os administradores que não estão impedidos por lei especial, nem condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

E por estarem assim justos e contratados, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO BRIZZI-BENEVIDES

MARIA DA GLORIA PEREIRA BENEVIDES

VINICIUS AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES

ANDRESSA AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES

BENFOUR INVESTMENT S.A.

Representada por Pedro Ken-Ichi Teixeira Massunaga

089607
AD 284968
RECONHECIDO POR SEMELHANÇA 24º OF. DE NOTAS - JOSE MARIO P. PINTO
A(S) FIRMA(S) DE: Av. Alm. Barroso, 139 C - (21) 3553-6020
CARLOS ALBERTO BRIZZI BENEVIDES, VINICIUS AUGUSTO PEREIRA
BENEVIDES, MARIA DA GLORIA PEREIRA BENEVIDES
Valor total: 21,42
Rio de Janeiro, 09/02/2017 - CARLOS JUBERT CALIL DE QUEIRÓS
EBY006147-NNC, EBY006149-JBR e EBY006151-LIM
Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico/>
24º OFÍCIO DE NOTAS
Carlos Jubert Calil de Queirós
Substituto do Tabelião
Mat. 94/5969

089607
AD 284970
RECONHECIDO POR SEMELHANÇA 24º OF. DE NOTAS - JOSE MARIO P. PINTO
A(S) FIRMA(S) DE: Av. Alm. Barroso, 139 C - (21) 3553-6020
ANDRESSA AUGUSTO PEREIRA BENEVIDES TORRES, PEDRO KEN-ICHI TEIXEIRA
MASSUNAGA
Valor total: 14,28
Rio de Janeiro, 09/02/2017 - CARLOS JUBERT CALIL DE QUEIRÓS
EBY006167-MIB e EBY006169-EJP
Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico/>
24º OFÍCIO DE NOTAS
Carlos Jubert Calil de Queirós
Substituto do Tabelião
Mat. 94/5969

6 de 6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA
Nire: 33205179701

Protocolo: 0020170575241 - 15/02/2017

CERTIFICÓ O DEFERIMENTO EM 22/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: A4164A045ED166994F909DD299CA4554D596B91E8014DFB1A1EF8065B7258A34

Arquivamento: 00003011831 - 23/02/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Certificado de conclusão

ID de envelope: 0DE4A3EAD96C4A12BA417348F947704C

Estado: Concluído

Assunto: Impugnação

Obra: Jurídico

Envelope de origem:

Página do documento: 62

Assinaturas: 5

Autor do envelope:

Certificar páginas: 5

Iniciais: 25

Vitoria Castro

Assinatura guiada: Ativada

R Sete De Setembro, 98

Selo do ID do envelope: Ativada

Sala 605, Centro

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

RIO DE JANEIRO, RJ 20050-002

vitoriaca@dimensionalengenharia.com

Endereço IP: 200.201.189.182

Controlo de registos

Estado: Original

Titular: Vitoria Castro

Local: DocuSign

14/09/2023 12:00:43

vitoriaca@dimensionalengenharia.com

Eventos do signatário

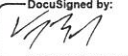
Vinicius Benevides

viniciusb@dimensionalengenharia.com

DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:

7A03C10FFAB9401...

Adoção de assinatura: Assinatura desenhada no dispositivo

Utilizar o endereço IP: 201.17.119.200

Assinado através de dispositivo móvel

Carimbo de data/hora

Enviado: 14/09/2023 14:44:17

Visualizado: 14/09/2023 14:57:47

Assinado: 14/09/2023 14:58:17

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:

Não disponível através do DocuSign

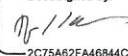
Bruno Mendes

brunom@dimensionalengenharia.com

Advogado

DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

2C75A62FA46844C...

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Utilizar o endereço IP: 200.201.189.182

Enviado: 14/09/2023 14:58:22

Visualizado: 14/09/2023 15:03:00

Assinado: 14/09/2023 15:03:21

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:

Aceite: 14/02/2020 16:52:47

ID: 6057f9f8-6c32-4c9b-ae94-7a21bedb55bb

Paulo Oliveira

pauloo@dimensionalengenharia.com

Advogado

DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

0309F78C2C3949F...

Adoção de assinatura: Assinatura desenhada no dispositivo

Utilizar o endereço IP: 177.26.73.30

Assinado através de dispositivo móvel

Enviado: 14/09/2023 15:03:28

Visualizado: 14/09/2023 15:04:52

Assinado: 14/09/2023 15:05:16

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:

Não disponível através do DocuSign

Eventos de signatário presencial**Assinatura****Carimbo de data/hora****Eventos de entrega do editor****Estado****Carimbo de data/hora****Eventos de entrega do agente****Estado****Carimbo de data/hora**

Evento de entrega do intermediário	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega certificada	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de cópia	Estado	Carimbo de data/hora
Time Jurídico timejuridico@dimensionalengenharia.com Nível de segurança: Correio eletrônico, Autenticação de conta (Nenhuma) Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos: Não disponível através do DocuSign	Copiado	Enviado: 14/09/2023 15:05:23 Visualizado: 14/09/2023 15:07:07
Eventos relacionados com a testemunha	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de notário	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de resumo de envelope	Estado	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptado	14/09/2023 14:44:17
Entrega certificada	Segurança verificada	14/09/2023 15:04:52
Processo de assinatura concluído	Segurança verificada	14/09/2023 15:05:16
Concluído	Segurança verificada	14/09/2023 15:05:23
Eventos de pagamento	Estado	Carimbo de data/hora
Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, dimensional (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact dimensional:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: thamyresa@dimensionalengenharia.com

To advise dimensional of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at thamyresa@dimensionalengenharia.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from dimensional

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to thamyresa@dimensionalengenharia.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with dimensional

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to thamyresa@dimensionalengenharia.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify dimensional as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by dimensional during the course of your relationship with dimensional.

